



Anais da Assembléia

N.º 24

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 1979.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Ezequias Losso e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Líder da ARENA nesta Casa, e de conformidade com os dispositivos regimentais procede, pelo presente, a indicação dos Srs. Deputados:

AIRTON CORDEIRO
AUGUSTO CARNEIRO
BENEDITO PINTO DIAS

Para Vices-Líderes da ARENA.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 12/79.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979

(a) Deni Schwartz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, PREFERÊNCIA na discussão e votação para o Substitutivo Geral oferecido ao

Projeto de Lei n.º 21/79 pela Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, se envie ao Sr. Doutor Eduardo Seabra Fagundes, um voto de REGOZIO pela sua eleição à Presidência do Conselho Federal da OAB.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Vanguarda na luta pelo restabelecimento do Estado de Direito Democrático, a classe dos Advogados acaba de eleger Eduardo Seabra Fagundes para ser o próximo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dando prosseguimento ao brilhante mandato que foi desempenhado por Raimundo Faoro.

A satisfação não pode ser somente dos advogados, mas sim e principalmente, de todo o povo brasileiro que terá na Presidência da OAB um homem que definitivamente está ao lado da luta pelo ordenamento político do país; lutará por uma anistia ampla, geral e irrestrita, por uma constituinte democrática e soberana; pela reforma do Poder Judiciário e do ensino jurídico.

É um democrata que certamente honrará a confiança reafirmada e renovada, que acaba de receber dos advogados, classe sensível, que tem sabido ser intérprete das mais profundas aspirações de democracia e liberdade do povo brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, pela sua assunção ao cargo de Desembargador.

Esta promoção representa o reconhecimento público do meritório desempenho do erudito julgador, notadamente nas Comarcas em que atuou como Juiz e Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada.

Outrossim, aprovado este requerimento, cientifique-se o Tribunal de Justiça do Estado, o Tribunal de Alçada e o Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao: Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro de Minas e Energia, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro da Indústria e Comércio, Presidente da ELETROBRÁS, Presidente da Itaipu Binacional, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Líderes do MDB nas duas Casas Federais e Líderes da ARENA nas duas Casas Federais, solicitando indenização para o Estado do Paraná e para os municípios que serão atingidos pelo reservatório da

Usina Hidrelétrica de Itaipu, em especial o Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder e traduzindo o pensamento unânime dos ilustres membros da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, REQUER seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um apelo sublinhando a conveniência de endereçar a esta Casa, anteprojeto com a finalidade de revogar os dispositivos legais vigentes, que proíbem o exercício profissional particular por parte dos funcionários ocupantes de cargos privativos de nível superior e que tal proposição contemple, também, aqueles que seriam amparados pelo Art. 44, do Projeto de Lei n.º 177/77, não tivesse sofrido veto governamental o referido dispositivo.

Entre outras razões, o apelo se alicerça no empenho que o Poder Público deve envidar no sentido de manter, nos seus quadros, centenas de profissionais de alta qualificação que, no confronto com a remuneração oferecida pelo mercado de trabalho, serão facilmente aliciados para outros setores da atividade situados fora da administração pública, em prejuízo desta.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Erondy Silvério.

Apoiamto: José Tavares, Gabriel Manoel, David Federmann, Ezequias Losso, Ivo Thomazoni e Rosário Pitelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado ofícios ao Ministério dos Transportes e Rede Ferroviária Federal do Paraná, solicitando informações a respeito da fase em que se encontram as obras da ferrovia que liga Curitiba a Paranaguá.

REQUER, outrossim, que tal solicitação seja procedida com a máxima urgência, tendo em vista a grande necessidade que temos em saber se a obra continua ou se a mesma encontra-se paralisada:

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido fundamenta-se no fato de que temos conhecimento, que a importante obra ferroviária, que liga esta Capital à cidade de Paranaguá, encontra-se paralisada. E se isto for verdade, só haveremos de lamentar, pois, no momento em que o País atravessa uma das mais negras crises econômicas, a qual, em grande parte, deve-se a crise do petróleo, uma obra como essa ferrovia que liga o Paraná todo ao Porto de Paranaguá já deveria estar concluída. Não só pela economia de combustível, como pela importância do Porto de Paranaguá, mas principalmente, pela rapidez com que os nossos produtos seriam transportados e, por um custo bem menor. Reside aí, pois, a grande necessidade que temos, Deputados e o Paraná, de sabermos qual a real situação de tão importante obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de ser determinada, com urgência, a construção de rodovia pavimentada entre Cascavel e Assis Chateaubriand.

Tal solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população, e também, visando atender a ligação de dois municípios da maior importância da região Oeste do Paraná que cobre uma das melhores áreas agrícolas e que irá servir como opção aos usuários que demandam à região noroeste do Estado, sendo um segmento natural da rodovia PR/486-ligação Umuarama-Perobal-Alto Piquiri-Brasilândia-Assis Chateaubriand.

Cascavel, cidade polo da micro região Oeste paranaense, é e sempre será, opção das mais necessárias para o empresário e o agricultor, como ponto de convergência para suas transações comerciais.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, para que haja o devido apressamento na instalação do Corpo de Bombeiros no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento constante não só do Município de Campo Mourão, mas também de toda a região, conscientizou todos os munícipes para a criação do Corpo de Bombeiros, haja visto a aprovação da Lei n.º 203/78, que autorizou o Sr. Prefeito Municipal a firmar convênio com o Estado. Nesse sentido, ainda através da Lei n.º 204/78, foi criado no Município de Campo Mourão o FURESBOM que dará suporte econômico à criação do mesmo, bem como sua manutenção ficou por conta da Lei n.º 205/78 que criou a taxa anual de Vistoria e Segurança contra Incêndio, que cobrirá parte da mesma despesa.

Sendo assim, solicitamos que o presente seja aprovado, pois se trata de mais um benefício ao laborioso povo de Campo Mourão, que muito faz pelo engrandecimento deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Secretário dos Negócios da Educação e Cultura e ao Presidente do Conselho Estadual da Educação, solicitando os estudos necessários com vistas à obrigatoriedade do ensino de PREVENÇÃO DO CANCER, na disciplina de Programas de Saúde, ministrada da 5.ª a 8.ª séries do Curso de 1.º Grau.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A medida proposta, se implantada, como já ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul, poderá resultar em sensível diminuição da notável incidência da terrível doença mencionada.

Realmente, segundo eminentes médicos e psicólogos, é a idade escolar a mais adequada para a formação de uma consciência profilática anti-cancerígena. E com esta, o ser humano é induzido a evitar o uso de agentes causadores do mal, tais como o fumo que, conforme atualizadas conclusões científicas, é o principal responsável pela neoplasia pulmonar e das vias respiratórias.

Creio que as autoridades educacionais em nosso Estado,

certamente também preocupadas com o assunto enfocado, farão o possível para o ensino da importante matéria seja ministrado em nossas escolas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, destinada a "TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES", será aplicada por indicação dos Deputados, nos termos estabelecidos nesta resolução.

Art. 2.º — O postulante à bolsa de estudos enviará requerimento ao Deputado, no qual deverá especificar o seguinte:

- a- Nome completo do estabelecimento de ensino, o qual deverá estar devidamente registrado no órgão competente;
- b- Nome completo do aluno, domicílio, filiação e número de documento;
- c- Curso, grau, período e aproveitamento se houver recebido em exercício anterior, bolsa de estudos pela Assembléia Legislativa do Estado;
- d- Número do CIC do responsável pelo aluno;
- e- Valor da anuidade, atestado por funcionário competente do estabelecimento de ensino;
- f- Comprovação de renda familiar e número de dependentes do responsável pelo aluno;
- g- Declaração de não estar postulando bolsa de estudos por outro órgão público;
- h- Assinatura do postulante e do seu responsável legal.

§ 1.º — Será concedida a bolsa de estudos desde que o resultado da divisão da renda familiar pelo número de dependentes for igual ou inferior a 3 (três) valores de referência, em vigor no início do exercício.

§ 2.º — Só poderá ser concedida bolsa de estudos em estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná,

§ 3.º — Cada aluno somente poderá obter uma bolsa de estudos por exercício e se obtiver pleno aproveitamento de anterior concedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Não serão concedidas bolsas de estudos a alunos matriculados em Estabelecimentos Público de Ensino.

Art. 3.º — As bolsas de estudos serão calculadas com base nos valores de referência em vigor no início do exercício, estipulando-se, no máximo, em:

- a - 2 (dois) para os que cursam o primeiro grau;
- b - 3 (três) para os que cursam o segundo grau;
- c - 4 (quatro) para os que cursam a universidade.

Art. 4.º — É assegurado ao Deputado destinar bolsas de estudos até o montante equivalente a concessão de 10 (dez) estipuladas para os matriculados em curso de nível universitário.

Parágrafo único. — Aos suplentes de Deputados caberão quotas proporcionais ao número de meses que estiverem em exercício do mandato.

Art. 5.º — Os créditos aos Deputados para atenderem a concessão de bolsas de estudos serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

§ 1.º — Será emitido empenho e autorização de pagamento, através de Ordem Interna do Primeiro Secretário, em nome da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais;

§ 2.º — A concessão de bolsas de estudos será processada por determinação do Deputado, anexando o requerimento previsto no artigo 2.º da presente resolução, devidamente protocolada, enviando ao Departamento de Finanças.

§ 3.º — Não se poderá conceder bolsas de estudos, por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignada à Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancária aos Estabelecimentos de Ensino, sendo que a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais providenciará um atestado para a comprovação da concessão da bolsa de estudos, o qual deverá ser entregue ao Deputado que autorizou.

§ 5.º — As bolsas de estudos deverão ser requeridas e com a autorização protocolada até o dia 31 de agosto do exercício para o qual foram concedidas, sendo que após esta data a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, providenciará as prestações de contas à Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-as determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

§ 6.º — Os Deputados ficarão responsáveis pelas autorizações que emitirem por conta do crédito assegurado pelo artigo 4.º da presente resolução.

Art. 6.º — O requerimento previsto no artigo 2.º e autorização do Deputado deverão serem feitas em impressos padronizados, fornecidos pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

Art. 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Antônio Facci.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 31/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam criados no Município de Matelândia, os Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante do Oeste, com sede nas localidades do mesmo nome com divisas e confrontações seguintes:

I — DISTRITO ADMINISTRATIVO DE RAMILÂNDIA:

Com a localidade de Diamante do Oeste; começa na foz do Rio Roselito, acima até a foz do Rio Santa Ignez, pelo qual segue águas acima até onde recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação. Com o Município de Céu Azul; começa no Rio Santa Ignez, onde este, pela sua margem direita recebe um afluente sem denominação, seguindo-se em linha reta até a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se pelo Rio Xaxim até as divisas entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia e a localidade de Ramilândia.

Com os Municípios de Matelândia e Medianeira; começa na margem esquerda do Rio Xaxim, divisa da localidade de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo-se em linha reta no sentido Oeste até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda., na defrontação das cabeceiras, do Rio São Vicente, donde em reta, por uma linha seca no sentido Norte alcança a foz do Rio Roselito onde teve o ponto de partida.

II — DISTRITO DE DIAMANTE DO OESTE:

Com os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Céu Azul; começa no Rio Santa Ignez, onde recebe em sua margem direita um afluente não denominado, daí seguindo em reta e seca até o Rio Barra Funda abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso - Barra Norte.

Com o Município de Toledo; começa na foz do Rio Barra Funda seguindo-se pelo Rio São Francisco - Braço Norte, águas abaixo até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepú.

Com o Município de Santa Helena; começa na foz do Córrego Apepú, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso — Braço Norte águas abaixo até sua junção com

o Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se daí por este, águas acima até a foz do Rio Roselito, ao Norte da Vila São Francisco.

Com a localidade de Ramilândia; começa na foz do Rio Roselito, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul, águas acima até a foz do Rio Santa Inês, e pelo qual segue-se águas acima até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Matelândia, vem sofrendo nos últimos anos, um surto desenvolvimentista dos mais acentuados. Em todos os setores de suas atividades, vem se ressentindo de maiores atenções do Poder Público Municipal.

Visando atender e amparar esse desenvolvimento, a própria Câmara Municipal criou os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, através da Lei Municipal nº 172/73, a fim de que o seu progresso pudesse merecer melhores atenções.

A documentação que anexamos ao projeto, comprova as exigências previstas no Art. 9º da Lei Orgânica dos Municípios.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, atendendo as justas reivindicações da laboriosa população daquelas localidades, que muito tem contribuído com o seu trabalho para o progresso e o crescimento daquela rica região de nosso Estado, e conseqüentemente para a grandeza do nosso País.

É de se salientar que o setor da agricultura, além dos demais setores, quer econômico, cultural e social das localidades de Ramilândia e Diamante do Oeste, estão a exigir as maiores atenções por parte do Poder Municipal que, somente através da legalização estadual poderá ser alcançada, a fim de sustentar e impulsionar aquele crescimento.

Nestas condições, é que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 32/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO BAMERINDUS", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que se pretende tornar de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços de cunho social, e o faz de maneira desinteressada à coletividade.

Estamos certos de contar com o apoio dos demais Pares, visto que, no nosso entender, a entidade preenche de modo cabal os requisitos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 33/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência da Lei nº 7.047, de 23 de novembro de 1978, é assegurado o direito ao aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Quando tramitou nesta Casa de Leis o Projeto de Lei n.º 91/78, correspondente à Mensagem n.º 67/78, que encaminhava anteprojeto de lei que teve por objetivo fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado, propusemos uma emenda em termos semelhantes da presente proposição, a qual acompanhou a seguinte justificativa:

"Diversos médicos concorreram a cinco (05) vagas de Capitão, anunciadas em concurso realizado há alguns meses atrás. O resultado publicado mostrou a aprovação de 6 (seis) candidatos. Destes, apenas um foi nomeado, tendo em vista incorreta interpretação, quando da preparação do edital, pois na verdade somente uma vaga existia na época.

Os aprovados foram informados, então, que já tramitava processo que visava a criação de novas vagas, ficando eles na expectativa de aproveitamento.

O projeto que ora se discute, entretanto, prevê no quadro de saúde, o cargo inicial de 1.º Tenente para os médicos, embora estabeleça 6 (seis) vagas para o cargo de Capitão".

A referida emenda foi devidamente analisada e aprovada por esta Assembléia Legislativa, porém não prosperou até a sanção governamental, porque, antes da votação em redação final, decorreu o prazo constitucional de 45 dias, invocado pelo Sr. Governador, que promulgou o texto original.

Por esta razão e visando assegurar os direitos dos concursados, propomos o presente plano de lei, na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos, dado encontrar-se no Salão Nobre desta Casa, Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner. A fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar o ilustre Prefeito, suspendo a sessão por alguns minutos. (Soam os tímpanos).

.....

Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon recebeu há poucos dias, ofício acompanhado de cópia de requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa, em data de 6 de março, inquirindo sobre demissões de professores do município, que lá teriam ocorrido.

Remeteu-me o Prefeito Verno Scherer, daquele município, cópia do expediente encaminhado a esta Assembléia, respondendo ao que lhe fora solicitado pelo Deputado Kirinus.

Para conhecimento da Casa, e considerando que a condução das atividades públicas de um município devem ser do conhecimento amplo de seus concidadãos, como o são de Marechal Cândido Rondon, leio, para constar dos Anais, o ofício em questão:

"Gabinete do Prefeito, 26 de março de 1979.

Ofício nº 177/79

Senhor Secretário:

Acuso recebimento do Ofício nº 119/79/DA/DE/SC, de 08 do corrente, pelo qual é encaminhado cópia de requerimento aprovado por este Poder Legislativo, solicitando informações que passo a prestar, com satisfação.

Devo informar que, recentemente, houve demissão de professores municipais, como aliás vem ocorrendo nos últimos anos, e com mais intensidade sempre no início dos anos letivos.

Por parte da Administração Municipal, há uma preocupação permanente com a educação, destacando-se ela entre os setores que mais atenções exigem.

Dentro desta concepção, o Município está constante-

mente aprimorando o ensino, quer seja proporcionando cursos aperfeiçoamento ao professorado; quer seja dando preferência para admissão de professores com maior qualificação escolar, valorizando o tempo de serviço no magistério; quer seja, por fim, remunerando-os cada vez melhor, e segundo quer seja, por fim, remunerando-os cada vez melhor, e segundo seus respectivos graus de instrução. Além disso, são criadas condições para melhoria do ambiente, através de vultosos investimentos na construção, equipamento e conservação dos seus 110 prédios escolares, assistência ao educando por meio da merenda escolar, fornecimento de material didático aos alunos mais carentes, etc.

Acrescente-se a isso, o apoio dado da municipalidade ao curso LOGOS II, resultante de convênio firmado com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, curso este que vem habilitar o professor leigo inserido há longo tempo no magistério.

Neste sentido, — em última análise —, de sempre proporcionar melhoria na educação dos filhos do povo rondonense, o município está, como foi declarado, remunerando os professores de forma diferenciada, de acordo com sua escolaridade, se contarem só com curso primário ou curso ginásial, ou forem normalistas formados ou tenham cursado faculdade.

Assim, a remuneração tem sido um dos motivos do progressivo aumento da procura de vagas por parte dos formados em escola normal e faculdade, vindo, desta forma, ao encontro com o desejo da Administração de ter cada vez maior número de professores bem habilitados e logicamente, estes vão ocupar os lugares dos de menor formação.

Posso inclusive, afiançar que as remunerações dos professores municipais rondonenses são das mais altas da região, contando também que são pagos sem atraso, e com todos os direitos a ele atribuídos, como o 13º salário, PASEP, FGTS, tudo em dia.

Desta maneira, respondendo aos incentivos para os que maior formação escolar tiveram, o número dos habilitados nos últimos anos tem crescido, como se demonstra:

- a) - professores não habilitados: em 1976, havia 169; em 1977, 166; em 1978, 165; e em 1979, 116 professores;
- b) - professores habilitados: em 1976, 46; em 1977, 80; em 1978, 83; e em 1979, 112.

Verifica-se portanto, que o número de professores não formados, diminuiu de 1976 para 1979, em 53, ou seja, houve um decréscimo de 31% - ao passo que os habilitados aumentaram no quadro do magistério, no mesmo período, em 66 novos mestres - ou seja, houve um acréscimo de 143%.

Esta sistemática, portanto, está se provando vitoriosa, e nesta seqüência, desejamos continuar. Infeliz do município e de seu povo que nunca puder contar com professores habilitados, é o que penso.

Quanto à alegação de que um professor teria sido forçado a assinar aviso prévio, carece de fundamento, pois tal expediente escuso jamais foi usado por esta Administração, e nos casos dos professores demitidos, todos eles receberam o aviso da Prefeitura.

Finalmente, a afirmação no requerimento, de que "os professores praticamente são forçados a pertencerem ao quadro partidário da Arena", fica esta declaração gratuita por conta do seu autor, porquanto nada disso é verdadeiro.

Colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, subscrevo-me atentamente

(a) Verno Scherer
Prefeito Municipal".

Espero que, desta forma, o Prefeito de Marechal Cândido Rondon respondeu cabalmente ao pedido de informações, podendo-se aquilatar do grau de seriedade com que é encarado o ensino naquele progressista município oestino.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de ontem publicaram uma notícia sobre uma denúncia feita pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB nesta Casa, sobre o desvio de cereais do Paraná para o Estado de Santa Catarina.

Coincidentemente, apresentávamos aqui, um requerimento pleiteando junto ao Banco do Estado do Paraná, uma linha de crédito especial para os avicultores, a fim de que tenham condições de manter estoques de milho às suas próprias expensas.

Há portanto, uma correlação entre os assuntos, porque o objetivo, tanto do Deputado Nilso Sguarezi quanto deste Deputado, é proteger o nosso produtor e proteger a economia do Paraná.

Mas, quero trazer a esta Casa, alguns esclarecimentos, e o faço em respeito ao nobre Líder da Oposição, principalmente no que se refere às providências já adotadas pela Secretaria das Finanças, no sentido de fiscalizar mais, e mais eficientemente, a fronteira do Paraná com o Estado de Santa Catarina.

E para tanto, armou dispositivos em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e com a Polícia Militar do Estado, para evitar a evasão, sem tributação - que é grave, sem dúvida - do milho do Paraná para Santa Catarina.

E, ao mesmo tempo, cabe aqui dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que mesmo existindo um convênio firmado pelas Secretarias de Finanças de todo o País no Conselho de Política Fazendária, no Ministério da Fazenda, visando proteger o nosso produtor e resguardar os interesses da economia do Estado, não tem impedido a saída do milho do Paraná sem nota fiscal. Tanto é verdade, que nos últimos 6 meses a Secretaria de Segurança liberou tão somente 10% da produção do Paraná, sem tributação, ou seja, com a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias. E recentemente ainda, apreendeu 45 caminhões carregados desse produto, que tentavam passar ilegalmente para Santa Catarina, burlando o fisco e desprotegendo o Paraná.

Essas providências que foram adotadas pela Secretaria das Finanças, julgo importante fazê-las, porque há um sentido por parte dos Srs. Deputados, principalmente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, um sentido de grande preocupação com referência a este assunto.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale acrescentar que as autoridades do Governo do Estado, estão atentas para este problema, e estão com suas preocupações voltadas para a proteção da economia do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sirvo-me, inicialmente, desta tribuna, para encaminhar à Mesa um requerimento enviando ofício a várias autoridades deste País, visando, Sr. Presidente, o ressarcimento dos danos supervenientes, ao reservatório que a Usina de Itaipu cobrirá na área dos municípios de sua influência, e de forma especial no Município de Guaíra, onde uma das mais ricas e belas maravilhas da natureza, e especialmente do patrimônio deste País, o Salto das Sete Quedas, desaparecerá.

Na oportunidade, faremos as nossas justificativas, Sr. Presidente.

Os jornais de todo o País, estampam nas suas páginas: "Inflação é a maior, em 13 anos. Ministro anuncia 5,8% e promete "pacote" quarta-feira".

Sr. Presidente, estes fatos da política econômica do

Governo, destes últimos 15 anos, a promoção desse modelo famigerado que tem criado divisões agudas, profundas e inconciliáveis na sociedade brasileira, não deixam de ter as suas consequências específicas, no Estado do Paraná e, de uma forma mais pertinente, ao funcionalismo público estadual.

Tenho procurado, Sr. Presidente, em várias oportunidades durante a última Legislatura e no decorrer desta, demonstrar que é preciso retribuir, justamente ao funcionalismo público estadual, porque este está sendo vítima das injunções políticas e econômicas que campeiam, não só no Brasil, mas no Estado do Paraná. E a defasagem, Senhor Presidente, dos seus rendimentos, se torna patente e de uma forma específica quanto aos funcionários deste Poder Legislativo. Há quantos anos se busca uma modalidade, se permite falar em estudos e fórmulas, para que os funcionários deste Poder, possam ser beneficiados com a reestruturação do seu Quadro, e o que vemos, Senhor Presidente, é que no curso de tantos anos, pelos corredores, a angústia se assoberba. As reclamações, as petições de ouvido e até as petições formais se fazem sentir aos Senhores Deputados, buscando uma forma de compreender a sua angústia, para que os funcionários desta Casa sejam contemplados com um Quadro reestruturado para melhor ajustar as suas pretensões, os seus direitos e os seus interesses, à sua dignidade de vida.

O que temos sentido, Senhor Presidente, é que em várias oportunidades, se postularam determinados privilégios, e a maior parte deste Poder, fica à mercê da própria sorte.

Pergunto eu, Senhor Presidente, por que o Quadro dos DAS do Estado foram feitos por esta Casa ou legitimados ou legislados, e por que nos outros poderes ainda, como na Procuradoria do Estado, que está em tramitação, que já passou por esta Casa e agora vejo aqui representações buscando uma forma de derrubar o veto do Governo do Estado?

Mas, de uma forma especial, o Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e tantos outros setores, e especialmente o Tribunal de Contas que é um apêndice deste Poder, teve o seu quadro perfeitamente aprovado na forma em que foi proposta e foi proposta fórmula e tramitou nesta Casa com a rapidez e com o destino que os seus enviados desejam, e porque, pergunto eu, Senhor Presidente, que esta Casa, tendo em si, na sua competência, o direito e o dever de legislar, esquece de seu Quadro de Servidores, e a minha vinda a esta tribuna, Senhor Presidente, é para fazer um apelo veemente, para se por fim a esta ladainha de vários e muitos anos, e encareço a V. Ex.^a e a esta douta Comissão Executiva, para concluir, Senhor Presidente, que se faça de uma vez por todas, a reestruturação dos Quadros dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná, e deixem esses estudos pormenorizados, no curso de dez anos praticamente que está sendo feito.

Apelo a V. Ex.^a, ao zelo que V. Ex.^a tem. V. Ex.^a e os demais Deputados que compõem esta Comissão Executiva, para examinar, para propor, de uma vez por todas, a conciliação primeiro deste Poder, dos seus funcionários, da justiça do seu Quadro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Há cerca de duas semanas, tivemos a honra de ocupar a tribuna desta Casa, quando fizemos um pronunciamento sobre o milho produzido no Paraná, em cuja oportunidade tecemos alguns comentários sobre a produção de suínos em nosso Estado.

Naquela ocasião, apresentamos dados que revelavam o crescimento vertiginoso dos rebanhos e do abate de suínos, que, sendo de 63.200 toneladas em 1975, dois anos depois, isto é, em 1977, acusava o abate de 84.000 toneladas, ou seja, o

acréscimo de 32%, que, sem a menor dúvida, é um aumento considerável.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é oportuno destacar que, no Oeste do Paraná, precisamente na cidade de Toledo, encontrava-se o maior abatedouro de suínos da América do Sul, do Grupo FRIGOBRA, presidido pelo ilustre homem de negócios, Sr. Atílio Fontana, ex-Senador e ex-Vice-Governador do Estado de Santa Catarina.

Para que se possa aquilatar o que representa a FRIGOBRA no Estado do Paraná, damos a seguir alguns elementos sobre a mesma: em 1975 abatia 1.000 suínos por dia; em 1976, 1.100; em 1977, 1.200; em 1978, 1.500; e, em 1979, a previsão é de 1.900 a 2.000 suínos diariamente.

O abate de bovinos que, em 1975, alcançava o índice de 6.900 cabeças, tem uma previsão de 15.000 neste ano de 1979. Paralelamente, com as novas instalações destinadas ao abatedouro de aves, a FRIGOBRA inicia neste ano, novo ciclo do seu desenvolvimento industrial, pretendendo abater cinco milhões e seiscentas mil aves durante o ano de 1979. Está, assim, realizando novos investimentos, na ordem de 600 milhões de cruzeiros, que serão aplicados, também, na ampliação da fábrica de rações e silos graneleiros, implantação de granjas avícolas de matrizes e incubatório, facultando, em todo o complexo industrial, trabalho para cerca de 2.000 empregados.

Uma das razões que nos impele a apresentar a esta Casa os números e valores que pesquisamos na FRIGOBRA, é para identificar o destaque que os mesmos representam em nosso Estado, face a comercialização dos seus produtos no mercado interno, e, também, face às divisas geradas pela exportação dos mesmos, eis que 25% da sua produção é exportada. O Paraná exporta para a Espanha, Itália, Bélgica, França, Suíça, Holanda, Inglaterra, Japão e Filipinas.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a razão principal deste nosso pronunciamento, é a de apresentar a esta Casa, as proporções trágicas que a PESTE SUÍNA causou em todas as áreas, sobretudo nas exportações do Paraná. Segundo os elementos que nos foram fornecidos pelo SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL DO PARANÁ, exportamos: em 1975, 4.308 toneladas; em 1976, 4.320 toneladas; em 1977, 5.959 toneladas e em 1978, 1.146 toneladas.

Quando se desencadeou a peste suína, em 1978, de golpe, as exportações ficaram paralisadas, e, deste modo, até aquela época, só havíamos exportado menos que a quinta parte do que fora exportado em 1977.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, as exportações continuam paralisadas, e este é o vértice de nosso pronunciamento. É óbvio que os mercados compradores, no exterior, se recusam a importar, e com toda razão. Acontece, porém, que o mal já foi erradicado, e não mais se teve notícia do surgimento de nenhum foco da doença. É mister, portanto, que o Governo Federal se sensibilize com este detalhe promissor, e determine, imperativamente, aos seus órgãos, no Exterior, que se proceda a agilização de medidas e processos para que seja feita nova verificação nos rebanhos brasileiros, interferindo junto aos países importadores e, paralelamente, junto à F.A.O., que, pelo que entendemos, é o órgão técnico que procede a estas averiguações. Mas, repetimos, que estas medidas sejam tomadas em termos da maior urgência possível. Cada mês que passa, com a exportação paralisada, além da perda vultosa de divisas, se desencadeia uma série de situações altamente prejudiciais.

Atualmente, o preço do produto no mercado interno, ainda é compensador. Sabemos que a produção tem de se desenvolver sem regressão, como é o processo correto da industrialização. Haverá pletora do produto e, decorrentemente, a agressão das ofertas. Assim, pouco a pouco o preço vai se aviltando. E, nessa contagem regressiva, ao fim da caminhada, o produtor é atingido frontalmente. Ele perde o estímulo. É o começo

do fim.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ao finalizar, vimos requerer à Mesa, respeitosamente, que sejam enviadas cópias do inteiro teor deste pronunciamento aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Ministro da Indústria e Comércio, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara Federal, Governador do Estado do Paraná e Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A reivindicação que vamos fazer hoje junto ao Governo do Estado do Paraná, já é a terceira ou quarta vez que trato deste assunto nesta Casa, para dizer francamente eu gostaria de não fazer esta reivindicação, porque acredito piamente que se nós investíssemos mais na educação, se nós investíssemos mais para conter os problemas sociais que se avolumam cada dia neste País, se nós procurássemos com mais seriedade resolver os problemas que realmente estão desafiando não só as autoridades mas o povo brasileiro, por certo reivindicação como esta que vou fazer, neste momento, dificilmente seria feita.

Estamos nos referindo à construção de um novo prédio ou de uma penitenciária na região Norte do Paraná, mais especificamente na cidade de Londrina, onde a cadeia pública daquela cidade, construída já há mais de vinte anos não tem mais a mínima possibilidade, não só de manter presos os presidiários que lá estão, como também de dar condições de trabalho para os policiais que prestam serviços naquela cidade.

Quando se construiu a cadeia pública de Londrina, ela foi construída na zona periférica da cidade. Hoje ela está centralizada, quase no centro de Londrina, onde familiares que transitam pelas ruas constantemente são muitas vezes avacalhados pelos presos que ali estão e por outras vezes os próprios presidiários retribuem também os insultos que eles recebem por estarem cumprindo uma pena. Em grande parte as janelas ou as grades que cercam a prisão de Londrina, daquele prédio, fazem frente para a rua onde há um grande tráfego, tanto de pedestres como de veículos.

E, nestas condições, Sr. Presidente, passamos a ler o requerimento que estamos endereçando ao Governador Ney Braga e ao Secretário de Segurança Pública, Cel Haroldo Ferreira Dias (Lê):

"Senhor Presidente.

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Ex.^{mos} Srs. GAL. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado e ao CEL. HAROLD FERREIRA DIAS, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, contendo as seguintes reivindicações, em benefício da 10.^a Subdivisão Policial de Londrina.

I — Construção de um novo prédio fora do perímetro urbano, para abrigar o presídio, tendo em vista a falta de espaço para ampliação do atual prédio;

II — Que sejam feitos reparos no prédio onde funciona o atual presídio, ficando o mesmo somente para abrigar a Cadeia Pública, Delegacia de Polícia e aos órgãos a ela vinculados;

III — Que seja criada uma Delegacia de Plantão, com um quadro de Agentes próprios, e equipada com veículos para um melhor atendimento às chamadas e ocorrências;

IV — Designar para aquela Sub-divisão Policial, um número igual ou superior de Agentes, aos já existentes;

V — Ampliar o número de viaturas, bem como recuperar as viaturas já existentes;

VI — Construir no Distrito de Tamarana, um prédio próprio para abrigar a Subdelegacia de Polícia, bem como a Cadeia Pública, e equipá-las, para que as mesmas tenham condi-

ções para um bom desempenho, haja visto que aquele distrito fica a aproximadamente 60 quilômetros da sede do município.

VII — Designar para o Distrito de Tamarana, dois Agentes de Polícia, para atender especificamente aquele distrito e a região.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) Lázaro Dumont"

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós sabemos hoje, que Londrina centraliza praticamente como sede de população, a mesma população de Curitiba.

E todos nós conhecemos a estrutura policial que Curitiba tem hoje. E não é possível que uma cidade como Londrina, hoje com aproximadamente quatrocentos mil habitantes, centro de uma área de aproximadamente um milhão de habitantes, venha a ter a cadeia pública, o prédio que tem, e não só, na parte física, mas também na parte humana, onde se torna necessário realmente, equipar Londrina com maior número de homens, para que nós possamos dar realmente tranquilidade à população do Norte do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos da Câmara Municipal de Maringá, expediente oriundo de requerimento do Vereador Midufo Vada, da ARENA, que solicita deste Deputado, providências no sentido da implantação em Maringá, da Faculdade de Medicina. Tendo em vista ser nossa cidade um polo regional, onde se tem sentido a grande procura, em relação à Faculdade supra mencionada.

Procuramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, observar o que teria sido feito até aqui, para que fosse criada junto à Universidade de Maringá, a Faculdade ou o Curso de Medicina.

Em verdade, o que encontramos, foi apenas junto à Secretaria de Saúde, de um projeto para a construção de um Hospital Regional, com capacidade na sua primeira etapa, para 150 leitos, sem que nenhum recurso a ele destinado, sem que nenhuma verba fosse efetivamente destinada para a construção deste Hospital.

Procuramos junto à Prefeitura de Maringá, já que é uma exigência do Estado, que para se construir este Hospital, não poderia ser no terreno destinado ao "campus", porque ele tornar-se-ia exíguo para as demais atividades.

Procuramos então junto à Prefeitura, como disse, se havia já providências neste sentido, no sentido de doar ou de aquisição do terreno, para a construção do Hospital Regional de Maringá, que seria o núcleo central do Curso de Medicina, naquela Universidade.

Para nossa alegria, constatamos, que o Município de Maringá já adquiriu a área e já está à disposição do Estado do Paraná, para a construção do Hospital Regional.

Em verdade, nós não entendemos, o porque da demora da construção deste Hospital, já que o terreno está à disposição do Estado, há mais de dois anos.

O projeto também junto à Secretaria de Saúde, pronto para ser executado também há dois anos, e em nossas propostas orçamentárias não há nem sequer citação do Hospital Regional de Maringá, de verbas para a construção do Hospital Regional de Maringá. Encontramos apenas, neste sentido, destinação de recursos para a conclusão do Hospital Regional de Cascavel.

Nesta oportunidade em que vimos à tribuna para encaminhar um requerimento, exatamente pedindo melhores informações ao Governo do Estado, para que esclareça à Assembléia, para que esclareça ao Poder Legislativo do andamento ou da intenção mesmo do Governo, de construir ou não o Hospital Regional de Maringá.

Tem o requerimento o seguinte teor; e faço a leitura para que ele possa ser votado ainda hoje. ((Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Ex.^{mo} Sr. Ney Braga, digníssimo Governador do Estado, solicitando informações referentes à construção do Hospital Regional de Maringá, mencionando da existência de projeto, planos de construção, época prevista para seu início e fontes dos recursos necessários à sua efetivação.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1979.

(a) Antônio Facci

JUSTIFICATIVA:

O Município de Maringá, já colocou à disposição do Estado, uma área de terreno correspondente ao exigido para construção do Hospital Regional. Sabemos que somente será possível criação de curso de Medicina junto à Universidade Estadual de Maringá, desde que exista um Hospital em pleno funcionamento e à disposição da mesma Universidade. Como a comunidade maringaense anseia pela criação do referido curso, e temos conhecimento da existência de projeto, mas como não existem recursos previstos para execução do desejado hospital na Lei Orçamentária para o corrente exercício, é que formulamos o presente pedido de informações, buscando tomar conhecimento do atual quadro e assim, envidarmos esforços para conquistar para Maringá a construção do Hospital, por ser o mesmo núcleo principal para a criação do curso de Medicina.

Todos sabem que Maringá é um polo regional. Somos hoje responsáveis pela manutenção de uma Universidade a preços caros, para nossos jovens. A dificuldade que temos naturalmente, para fazermos com que nossa juventude permaneça nos bancos escolares, impele com que nós, quase que diariamente, venhamos a esta tribuna reclamar a federalização da Universidade de Maringá.

No entanto, enquanto esta não chega, o processo de consolidação da Universidade não pode e não deve ficar parado; e é com este objetivo que hoje estamos aqui e permaneceremos, sempre que possível, dando prosseguimento à iniciativa, mesmo quando os Vereadores que nos enviam este material são de outro partido, dando curso a isto para que possamos, um dia, ver a Universidade de Maringá efetivamente consolidada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, gostaria eu, neste momento, declinar de fazer uso da palavra e retomar um tema que ontem causou tantos transtornos nesta Casa. Pensei muito para eu mesmo, se deveria ou não voltar à carga. Preferia, sim senhor, calar.

Sem embargo, na minha meditação pessoal, encontrei um texto na Bíblia que me incitou, inclusive, a voltar a falar nesta Casa. Permito-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que faça eu a leitura deste texto de um Profeta, para que possa assim fugir a mal-entendidos de que queira eu incitar discussões, queira eu intrigar os nobres Parlamentares que tanto respeito nesta Casa.

O Profeta Jeremias também passou por conflitos semelhantes quando em sua época, uma época conturbada, tinha que várias vezes fazer uso da palavra e denunciar, criticar e também ele teve esta sensação que tive ontem de declinar da palavra e não dizer nada.

Leio, portanto a preocupação deste Profeta, que faço minha. Não quero eu aqui fazer um sermão.

Por isso limito-me simplesmente à leitura do texto, para que cada um dos Srs. Deputados, inteligentes como são, e possuidores de fé cristã, poderão fazer a sua própria interpretação.

Permito-me então ler: (Lê) "LAMENTO DO PROFETA.

Persuadiste nosso Senhor a persuadido fiquei; mais forte fostes. Sirvo de escárnio todo o dia; cada um deles zomba de mim. Porque sempre que falo tenho que gritar e clamar violência, destruição, porque a palavra do Senhor se tornou o próprio de ludíbrio, todo o dia.

Quando pensei para mim, não me lembrarei mais dele; e já não falarei no seu nome, então isso me foi no coração como um fogo ardente, encerrado nos meus ossos; já desfaleço de sofrer e não posso mais. Porque ouvi a murmuração de muitos; há terror por todos os lados. Denunciei e denunciaremos. Todos os meus íntimos amigos se aguardam de mim, que eu tropece e dizem: — bem pode ser que ele se deixe persuadir; então prevaleceremos contra ele e dele nos vingaremos. Mas o Senhor está comigo, como um poderoso guerreiro, por isso tropeçarão os meus perseguidores."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, feito este esclarecimento, vejo e venho a esta tribuna quase como uma missão de fé a retornar de sã consciência, a uma das que eu considero as maiores injustiças que acontecem neste País. Exatamente a injustiça se faz a um povo que tem que pagar tributos pesados muitas vezes, e aviltados por autarquias municipais, mas não têm o direito de eleger aqueles que devem gerir esse dinheiro.

Por isso nesse dia 07, teremos uma reunião da "AFRONT" para a qual fomos convidados; tantos parlamentares da ARENA, como do MDB. A "AFRONT" - Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira".

A "AFRONT" foi fundada em 08/07/78, no II Encontro Regional de Vereadores de Faixa de Fronteira, em Capanema.

Entre os objetivos desta entidade, destaca-se o empenho para promover o desenvolvimento sócio-econômico e o bem geral dos Municípios da Faixa de Fronteiras; sugerir medidas de interesse público aos órgãos competentes em assuntos referentes aos municípios que representam. O Municipalismo é uma das melhores bandeiras da "AFRONT". E neste próximo sábado, dia 07, haverão de tratar, exatamente do tema que ontem aqui causou tanto debate.

E já dizia eu, ontem, não se justifica esperar os próximos quatro anos, muito menos dar margem a manobras, a debates infrutíferos e impopulares, prorrogacionistas, que a consciência popular sabiamente abomina.

O nobre Vereador Adolpho Mariano da Costa, do Município de Medianeira, recentemente afirmou que a prorrogação dos mandatos de Vereadores e Prefeitos, além de ser ilegal é imoral, no que tem todo nosso apoio. Afirmou ainda o Vereador, que o Presidente João Baptista Figueiredo promete abertura, democracia, liberdade e anistia. Saliente que abertura quer eleições periódicas, não prorrogação de mandatos. Eleições periódicas, respeito e valorização da vontade popular, cujo único processo de aferição é o voto consciente, livre e democrático.

Não existe incompatibilidade entre voto e segurança nacional. Quem escolhe livremente seu Prefeito e Vice-Prefeito, está civicamente, bem como moral, social, político e humanamente muito mais apto a defender os seus municípios, suas instituições, ser seus representantes, do que aqueles que foram impedidos de fazê-los por imaturo e incapaz de exercer todos os atos decorrentes do exercício pleno dos direitos inerentes à condição de cidadão livre, consciente e acima de tudo brasileiro.

Um povo capaz de colonizar imensa faixa de fronteira, com nove países e colônias sul americanas, através de seus quinze mil, setecentos quilômetros de linha fronteiriça; um povo que durante séculos foi capaz de guarnecer bravamente nossos marcos fronteiriços contra investidas narradas pela História Pátria; um povo capaz de promover o progresso e desenvolvimento sócio-econômico dessa imensa faixa de fronteira; um povo capaz de pagar impostos de diversos tipos, taxas, emolumentos, financiar o funcionamento de seus municípios e

ciudades, este povo tem o mais legítimo direito de eleger quem vai gerir esse dinheiro.

Quem paga imposto tem direito e dever de votar e eleger seu Prefeito, para reconquistar e redimir nossas fronteiras marginalizadas e esquecidas.

Não se confunda porém "áreas de segurança ou de interesse da segurança nacional" com "faixa de fronteiras".

Entende-se como faixa de fronteira, o território nacional com área de 150 km de largura, limdeiro com outros países.

Compreendidos na faixa de fronteira, muitos municípios há que não são declarados "área de interesse de segurança nacional", porquanto apenas aqueles municípios constantes expressamente de leis, decretos e decretos-leis em nominata declaratória, são regulados pela legislação específica, inspirada na chamada doutrina de segurança nacional.

O apogeu da dita doutrina atingiu o período entre os anos de 1968 a 1976, quando certos fatores de natureza política, ideológica e psicossocial exacerbaram a imaginação de seus teóricos.

Lembrou o ilustre Vereador oposicionista, que até a presente data, no entanto, não existe texto legal que estabeleça claramente os requisitos para que um município seja declarado de "interesse da segurança nacional".

Enquanto perdurar a indefinição, o subjetivismo campeia, onde ressalta a forte pressão de dados político-eleitorais. Certo e sabido: uma eleição é custosa e incerta. A nomeação é fácil, é cômoda e barata. Em nome da segurança nacional, reduz-se a autonomia de município; suprimem-se eleições para prefeitos e figuras inexpressivas que jamais galgariam qualquer posto eletivo por mais insignificante que fosse, tornam-se donatários por décadas, de municípios prósperos, progressistas nos áureos tempos da disputa eleitoral verificada, para se tornarem comunidades marginalizadas, pobres, miseráveis, fechadas. Verdadeiras cidades mortas como as encontramos hoje.

Aqui faço um endosso total ao pronunciamento do referido e ilustre Vereador; reafirmando valho-me daquilo que já ontem denunciávamos, e simplesmente para lembrar, o exemplo que ontem citávamos era o exemplo do Município de Medianeira, onde dizíamos que o donatário Luiz Bonatto conseguiu levar aquele município a uma quase pré-infância, indicando, inclusive, os números da arrecadação de impostos: que há dez anos atrás Medianeira ocupava o terceiro lugar e o oitavo lugar no Estado. Hoje ocupa o 37.º lugar no Estado.

Além disso, afirmávamos ontem, que existem sérios indícios de corrupção não partida de denúncias vãs e politiquinhas, mas de um órgão oficial do Governo que é o Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, denúncias graves, e eu lembro aqui o relatório das irregularidades que fizeram com que nós concluíssemos que haveria corrupção. O relatório diz: Super-fixação de despesas, saldos lançados em balanços financeiros patrimoniais fictícios, balanços financeiros, variações patrimoniais absolutamente irreais e sem qualquer autenticidade, além de outras, como já ontem nós referimos.

Soube-se também, e ontem aqui foi lembrado que inclusive esta Casa criou uma Comissão de Parlamentares para averiguar e apurar os fatos sobre um incêndio naquele prédio do Município de Medianeira. Não sei do resultado da Comissão, mas sei que o Tribunal de Contas continua não aprovando a contabilidade daquele município.

E sei também que, ontem, pessoas interessadas que os fatos fossem esclarecidos, foram, aqui, acusadas de estarem alienando pessoas, raivosamente, para que fossem depor contra o Prefeito. E foi dito aqui, ontem, que isto partiria de um Vereador da Oposição.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Assim que terminar meu pensamento, conceder-lhe-ei o aparte.

Sei também que aquela Comissão se reuniu na própria Prefeitura; sei também que, seguidamente, contavam os depoimentos com a presença do Prefeito Luiz Bonatto.

Quem seria capaz de depor contra, na frente, ou tendo às barbas aquele que iria acusar?

Portanto, se houve imparcialidade de um lado, houve parcialidade também do outro lado.

Irregularidades e mais irregularidades.

Limite-me a registrar, aqui, apenas estas que, ontem, já nos referimos ao Município de Medianeira.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

Só pediria que, se fosse possível, com brevidade. Não quero impor o tempo, mas tenho muito pela frente e o tempo se esgota.

O Sr. Ivo Thomazoni — Procurarei ser breve.

Agradeço a V. Ex.^a a oportunidade que me dá.

Apenas para fazer uma consideração: quando Medianeira estava colocada em terceiro e oitavo lugar na arrecadação municipal no Oeste e no Estado, respectivamente, esse levantamento foi feito. E essa situação foi galgada por Medianeira quatro anos depois de Luiz Bonatto estar à frente de sua Prefeitura. Situação que Medianeira não tinha quando Luiz Bonatto assumiu a Prefeitura.

Outra coisa, eminente Deputado, convém que V. Ex.^a saiba: o eminente Deputado Estadual, na época, Sr. Ernesto D'Oglio participou, acompanhou, pessoalmente, todos os depoimentos tomados pela Comissão Especial desta Casa, naquela Prefeitura. Em nenhum dos depoimentos esteve presente o Prefeito Luiz Bonatto. Eu perguntei ao eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio: "onde iremos trabalhar?" E foi por sugestão dele "vamos trabalhar na Prefeitura, numa sala em que nos dêem funcionários, máquinas, para que tomemos os depoimentos".

Sugestão que partiu do MDB. E houve respeito total do Prefeito Municipal.

E fique V. Ex.^a, eminente Deputado, certo de uma outra coisa: não há, por parte deste Deputado, absolutamente, também não haverá no futuro, seja qual for o meu e o comportamento de V. Ex.^a, nenhuma posição pessoal de um contra o outro.

Há, neste caso, uma divergência porque V. Ex.^a está pecando. Porque o que o eminente Vereador do MDB diz do Prefeito falta muito da verdade. Noventa e cinco por cento das Prefeituras Municipais deste Estado, tinham, até há bem pouco tempo, pareceres contrários, prévios, do Tribunal de Contas, por absoluta falta de orientação daquele órgão auxiliar deste Poder.

Hoje, este índice baixou.

E, no caso de Medianeira, salvo o desfalque dado pelo tesoureiro, cuja prisão foi solicitada pelo Prefeito, e só eu sei o quanto custou para que o Tesoureiro desonesto fosse preso. E foi preso. E depois foi solto, exatamente porque o Advogado do MDB, contratado por ele, que era contra o Prefeito, conseguiu tirá-lo. E nas vinte e quatro horas em que ele ficou na rua, ele atravessou a fronteira e foi para o Paraguai.

Foi o que eu disse, ontem. Que não se falte com a verdade, e, volto a afirmar que, este Prefeito teve a unanimidade da bancada da ARENA, uma manifestação de unanimidade da bancada da ARENA composta de dois terços dos Vereadores, em que, consideram a sua permanência, salutar e necessária para o progresso e o desenvolvimento do Município de Medianeira.

Muito obrigado, e me perdoe V. Ex.^a se me estendi. Haverá de retribuir a gentileza no dia em que eu estiver nesta tribuna se as inscrições, que são tantas, me permitirem que um dia eu lá esteja para falarmos exatamente sobre este assunto. Porque de Medianeira eu entendo muito mais do que V. Ex.^a, porque com Medianeira eu falo diariamente, com os Vereadores, com o Prefeito, com as Lideranças, e, o que tem em Me-

dianeira do que não tinha, acredite V. Ex.^a, 99% foi levado, com o auxílio deste Prefeito Municipal que V. Ex.^a tanto ataca e vilipendia desta tribuna, infelizmente.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, nobre Deputado Ivo Thomazoni, e inclusive gostaria de retribuir, dizendo que também, de minha parte não vai nenhum ataque pessoal a Deputado algum desta Casa. Quando eu coloco, aqui, uma idéia, uma verdade, eu me desprendo pessoalmente dessa verdade, dessa idéia, e a coloco em discussão. Portanto, não é a minha pessoa que está em jogo, em discussão, mas, sim, a idéia. E eu acho que esta orientação que nos deu o nobre Deputado, eu acho que ajudaria a não levantarmos os ânimos, como aconteceu no dia de ontem.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Um minutinho só, Deputado.

Obrigado.

Se caiu a arrecadação de Medianeira, a culpa não foi do Prefeito. Houve uma falência de uma das firmas responsáveis por quase 50% da arrecadação do município, que fez com que o município fosse para o 27.º lugar. Culpar-se o Prefeito, disto, é cometer-se uma enorme injustiça que eu sei, que V. Ex.^a, com a formação cristã que tem, jamais admitiria que isto ocorresse.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu não gostaria de me deter demais no problema de Medianeira.

Mas, sem querer interromper a leitura, devo dizer que também tomei conhecimento da aprovação, por unanimidade do Diretório da ARENA do município, e tenho em mãos esse jornal, inclusive que conta, com um sinal de haver sido matéria paga — isto não quer dizer que não seja verdade, sem embargo, a matéria paga sempre deixa algo de suspeito, ela não é espontânea, portanto.

Também tenho eu a dizer ao nobre Deputado Ivo Thomazoni, que, tive uma experiência muito amarga em Medianeira, quando fui lá, na qualidade de Secretário da Pastoral da Terra, querer fazer o levantamento sobre o problema de terras, problema este tão gravíssimo e que tanta criminalidade já trouxe, naquele Município de Medianeira, como em todo o Oeste do Paraná.

Fui interpelado pelo Delegado, dizendo-me que, em Medianeira eu precisaria de uma licença especial para fazer aquele levantamento; eu soube, mais tarde, ao interrogar melhor aquele Delegado, de que o mando tinha vindo da Prefeitura. Portanto, tive uma experiência amarga porque, em nenhum município do País, eu precisei de salvo-conduto para entrar. A não ser em Medianeira.

Além disto, valho-me também de depoimentos sérios. Acredito que o Vereador Dr. Adolfo Mariano da Costa que advogou onze anos as causas do povo daquela região ou, daquele município, também tem seriedade, quando faz acusações desse tipo. Valho-me também, de depoimentos de uma série de pessoas. Dos próprios Vereadores da ARENA, de Medianeira, que haverão, dia 07, sábado próximo, de me dizer de que lado estão; ou mentiram-me, ou realmente eu os entendi mal!

Portanto, valho-me desses depoimentos, conheço e dialogo também com aquele povo, já dialoguei muito com aquele povo, tanto é que, nas eleições, não fui a Medianeira, mas, tive lá a confiança de 300 votos, que eu jamais queria subtrair do meu grande companheiro também candidato Adolfo M. da Costa, mas por um voto de confiança, porque trabalhava na pastoral da terra, juntamente com aquele povo e seguidamente eu recebia aquelas reclamações, o que me motivou, inclusive chegar aqui a fazer em rápidas pinceladas, essas denúncias.

Prossigo, Senhor Presidente, na leitura do meu discurso:

"Retomando portanto o nosso vivo interesse pelo município de segurança nacional de "faixa de fronteira", que repre-

sentamos também nesta Casa, podemos afirmar em termos gerais, que o mesmo esvaziamento sócio-econômico que hoje atinge Medianeira em seus mais diversos aspectos gerais, é também extensivo a todos os demais municípios incluídos em tais categorias. Como o povo não teve participação na escolha daqueles que deveriam administrar os bens que ele próprio produz, reputamos também, a responsabilidade pela situação de penúria, desemprego e desespero econômico, aos interventores nomeados, aos denominados popularmente como donatários de capitania que se fixaram no poder, segundo através de mordomias e décadas, os sagrados patrimônios coletivos em detrimento do bem comum. A mordomia da qual eu me refiro, nesse instante, se instalou no seio da coletividade sem o aval da mesma. Trata-se de autarquias municipais, a exemplo do que ocorre no meu município, Cândido Rondon, com as siglas "SAPAN-CODECAR, SAE" que preenchem mais os interesses de grupos do que os interesses lícitos de seu povo. Essas autarquias na maioria das vezes se servem de empréstimos contraídos junto aos cofres públicos para promover serviços urbanos, no entanto esse mesmo povo paga por tais benefícios, taxas exorbitantes em prazos não condizentes com as suas reais condições de vida.

Em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, muitas famílias estão estranguladas por este mesmo processo de benfeitorias explorativas e são obrigados a vender seus lotes para pagar o asfaltamento e demais benefícios recebidos.

O povo encontra-se completamente indefeso diante das explorações exercidas através destas autarquias, criada sob a proteção dos usurpadores do Poder Executivo Municipal, pois a eles não cabe o exercício sagrado do voto, condição democrática para exercer normalmente a condição de fiscalizadores de tais aberrações, acobertadas por interesses meramente políticos e geradores de mordomias. Mordomias de altos salários e bons empregos para alguns poucos que se refizeram materialmente a curto prazo, e por outro lado significam mais taxas, maior empobrecimento sob uma pesada carga tributária a todo um povo que vai paulatinamente se aproximando da falência e da marginalização.

A declaração de municípios de interesse da segurança nacional importa em sérias restrições a sua autonomia — uma das principais conquistas comunitárias inscritas na Constituição.

Isso faz lembrar o registro do Mestre Padre Fernando Bastos, in "Pequena Enciclopédia de Moral e Cívica" edição 72, página 455, em que se lê: "Política e administrativamente, o município brasileiro é um dos mais autônomos do mundo, tendo poderes para eleger seu próprio governo, fazer leis, arrecadar impostos, empregar seus recursos, organizar e administrar os serviços municipais, sem nenhuma interferência dos governos federal e estadual".

Conforme projeto de lei, de autoria do Deputado Federal Paulo Marques, onde pedia a exclusão do Município de Medianeira da categoria de município de interesse da segurança nacional, apresentando à Mesa da Câmara, no dia 08 de agosto de 1975, e evidentemente não aprovado, lê-se que: "O Município assim declarado sofre inversão total da definição do padre sociólogo: com a interferência do governo federal, perde sua autonomia política e administrativa".

O prefeito nomeado: desvincula-se do lastro popular, os males e problemas da municipalidade, às vezes, de urgente solução, que lhe são desconhecidos.

É falso o entendimento de que governante de fora governa melhor, porque estaria livre das pressões de parentes, amigos e correligionários locais. A conclusão tem desmentido as premissas.

O prefeito nomeado, se o for por imperativo político, passa a desenvolver toda sorte de atividades, no sentido de fazer descambar para o lado governamental as correntes político-partidárias.

A administração, a legitimidade representativa e a solução dos problemas comunitários passam a sentir os efeitos do comando unilateral.

Esse esforço de fazer prevalecer critérios ideológicos, restringe sobremaneira aos municípios sua liberdade de autodirigir-se.

A Constituição vigente ordena que os municípios sejam considerados de interesse da segurança nacional por indicação do "órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República" - O Conselho de Segurança Nacional (artigo 89, "in fine", combinado com o artigo 87).

Após a indicação, feita sob rigoroso sigilo, o Presidente da República, que é também o Presidente do Conselho e o Chefe do Executivo, toma a iniciativa da lei declaratória, enviando-a, de ordinário, à Câmara dos Deputados, para o início da discussão e votação (artigo 56, parágrafo único). Eis o procedimento.

A **LEX FUNDAMENTALIS** estabelece, no artigo 89, item terceiro, *in fine*, já citados, que cabe ao Conselho de Segurança Nacional indicar os municípios considerados de interesse da segurança Nacional.

Logo adiante, salienta o Deputado Paulo Marques, no parágrafo único do mesmo artigo 89, lê-se que "a lei indicará os municípios de interesse da segurança nacional."

O Deputado Paulo Marques faz a seguinte pergunta - Quem fará a indicação? - O Conselho de Segurança Nacional, ou a lei? - Se é o Conselho, só se pode deduzir que a indicação seja feita ao Presidente da República a quem assessora diretamente, o qual querendo, envia mensagem à Câmara solicitando a medida (artigo 56, parágrafo único), ou se considerar urgente o assunto, ou de interesse público relevante, baixa o respectivo Decreto-lei, tendo em vista tratar-se de segurança nacional (artigo 55, caput, item primeiro, da C.F.): se é a lei, qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, concorrentemente com os demais Poderes, pode tomar sua iniciativa (vide artigo 56, C.F.), cremos existir aí, se não uma antinomia de normas, pelo menos uma impropriedade vocabular.

Ao editar a lei declaratória, o Executivo restringe à comunidade atingida o gozo do direito político para eleger os seus governantes e legisladores, permitindo-lhe somente eleger seus representantes à Câmara Municipal e impedindo-lhe de escolher o seu prefeito.

A lei 5.449, de 4 de junho de 1968, declarou o Município de Medianeira, entre dezenas de outros, como de interesse da segurança nacional. Medianeira integra a Micro-Região do Extremo Oeste Paranaense, que se situa entre os rios Piquiri e Iguaçu. A densidade demográfica é baixa, mas o crescimento populacional é forte, constituindo área de expansão do povoamento.

Segundo o Deputado Paulo Marques, em sua justificativa ao Projeto de Lei, pela descrição da Micro-Região de que participa Medianeira, é fácil concluir que o município nada tem de relevante que possa interessar à segurança nacional.

Não há, com base em seu território, qualquer dos estabelecimentos ou atividades mencionadas na Lei 2.595, de 12 de setembro de 1955, onde em seu artigo 6.º considera de interesse para a segurança nacional: a) as indústrias de armas e munições; b) a pesquisa, a lavra e aproveitamento de recursos minerais; c) a exploração de energia elétrica, salvo a de potência inferior a 150 kw; d) as fábricas e laboratórios de explosivos de qualquer substância que se destine a uso bélico; e) e os meios de comunicações como televisão.

Também não se enquadra o Município de Medianeira, nas disposições do Decreto-lei 1.164, que declara as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia legal como indispensáveis à segurança nacional, bem como a seu desenvol-

vimento.

Ainda não se aplica a Medianeira, o disposto na lei n.º 5.130, de 1.º de outubro de 1966, que considera zonas indispensáveis à segurança do País, as áreas compreendidas pelas estações rádio-goniométricas de alta frequência do Ministério da Marinha e pelas faixas de terras com mil metros de largura contíguas a todos os limites dessas estações.

O único argumento com alguma procedência seria o de Medianeira estar localizado na faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória do território nacional, como prevê o artigo 2.º, da Lei n.º 2.597, de 1955. Os limites municipais, embora dentro dessa faixa, estão distantes da fronteira com o Paraguai e a Argentina, países mais próximos.

Além disso, outros municípios, como Terra Roxa do Oeste e Matelândia, ambos atingidos pela mesma faixa, não foram declarados de interesse da segurança nacional. Só pesando a situação política em que foi posto Medianeira, verificando os prós e contras da medida, conclui-se que a primeira é muito mais nociva à vida do Município, com repercussões imediatas na economia do Estado e remotas na do País, do que recolocá-lo em sua anterior condição, ato que lhe reabriria as portas enferrujadas do desenvolvimento.

Agrava-se ainda o problema, quando se verifica que a criação do Parque Nacional do Iguaçu, destinado a proteger os ricos mananciais, a flora e a fauna locais e incentivar o turismo, vem representar desalentadoramente sobre o progresso não só das terras medianeirenses, mas de toda a região circunvizinha.

Por que Medianeira deve arcar com o ônus de ser área de segurança nacional? Seria realmente o interesse da segurança nacional ou outros interesses?

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quis fazer nesta hora um apelo à inteligência e ao bom senso dos parlamentares desta Casa, para que não se avalie a emenda "Benevides", bem como o projeto do Deputado Maurício Fruet, com óticas superficiais e facciosas de quem possui a visão política vazada diante da verdadeira administração pública que deve ser colocada acima de tudo em benefício da coletividade.

Coloco em vossas mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta nossa preocupação por aquela gente que desde longos tempos vem defendendo com bravura os limites desta pátria, preenchendo aquele vazio de outrora com o progresso da terra cultivada, dos celeiros repletos de riquezas nossas.

Entristece-nos profundamente ao ver que hoje, estes verdadeiros vigilantes e autênticos marcos de fronteiras, não merecendo a devida atenção e reconhecimento do atual governo, se vêem obrigados a abandonar seu posto de vigília na mais calamitosa situação de penúria e se lançarem para dentro de outra fronteira, o Paraguai.

Quem sabe lá, se não haverão de merecer confiança daqueles governantes que além de simples carta de imigrantes passem a auferir-lhes título eleitoral completo?

Ou quem sabe haverão de sofrer novo processo expurgatório a exemplo dos que viviam na Argentina e recentemente foram expulsos?

Será verdade que não encontram no bom senso dos governantes um reconhecimento de direito e de fato, nem que seja neste mínimo de direito ao voto direto?

Estarão condenados à condição de povo retirante a exemplo do povo de Deus no Egito?

Até quando perdurará o poder dos Faraós, já se perguntavam os profetas da época do antigo Israel?

A estas indagações respondemos com a certeza da fé - **UM DIA HAVERÁ DE ENVIAR-NOS UM MOISÉS** - talvez até já se encontre entre nós na potencialidade de uma "AFRONT".

Espero apenas, não ter que morrer sob as águas turvas do mar vermelho, junto aos exércitos do Faraó - mas colocome ao lado da esperança de um povo em êxodo." (Sem revisão

do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado às lideranças, concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Preocupa-me o fato de que ontem morreram brasileiros de fome. O tom era aparentemente compungido, mas percebia que a preocupação maior do Ministro da Agricultura era soltar uma frase de efeito, mais segura a retórica do que sensibilidade efetiva pelo crucial problema. Não apenas ontem, mas diariamente morrem brasileiros de fome, morrem adultos e morrem, sobretudo, crianças.

A sub-nutrição sempre foi entre nós um mal generalizado. Agora, porém, passamos para a fase mais crítica, a da inanição total que atinge consideráveis faixas de povo. Esse fenômeno de tão trágicas conseqüências tem causas diversas: queda da produção de alimentos, paralela ao explosivo crescimento populacional, e a inflação galopante, que está consumindo os salários, já de si baixos, das classes trabalhadoras. Não podemos esquecer o advento, de 1975, a esta parte, dos terríveis flagelos da seca e das enchentes, quando não o do granizo, exterminador implacável das lavouras.

Os índices de produção vão caindo. A população vai se empobrecendo e se desesperando. O campo se esvazia, em decorrência do êxodo, e as cidades incham, pelo fluxo dos imigrantes e suas famílias, que por não terem qualquer capacitação profissional para atividades urbanas, vão engrossar o contingente de pessoas marginalizadas, sem empregos.

Fixamo-nos por exemplo, no problema da inflação: Trombeteou-se que o novo Governo da República iria dar combate firme a esse monstro, devorador da economia nacional. O que era ministro da Fazenda de Geisel, e que mudaria de posição, para ser Ministro do Planejamento de Figueiredo, adotou antes de findar o último governo, algumas medidas, para aplainar o caminho, tendo-se chegado a afirmar que, em 1979, a inflação não passaria de 20%.

Que é que estamos vendo, o primeiro trimestre nos traz números que desmentem os Ministros e que elevam nosso povo à aflição cada vez maior.

Atingimos em três meses 15,14% de inflação, e só em março, esse índice atingiu a 6%. Em igual período do ano passado, o índice não ultrapassou 9,5%.

No exame das causas dessa ascensão, os tecnocratas concluíram que, entre elas está o aumento dos preços de transportes e de gêneros alimentícios. O encarecimento nos gêneros alimentícios se originou das enchentes que assolaram e que ainda estão assolando, grande parte do território do País, enchentes que devastaram totalmente as culturas existentes.

A desvalorização da nossa moeda não tem mais limites. O povo não aguenta mais. O que ganha e ganha pouco, sendo cada vez mais insuficiente para as necessidades prioritárias do alimento, do aluguel e do transporte, deixando para segundo plano, em virtude das contingências a que é levado, as necessidades de escola, vestuário, etc.

Éramos até há pouco tempo, "um país essencialmente agrícola". Com as nossas extraordinárias extensões territoriais, somos a cada ano que passa, um país essencialmente importador de produtos alimentícios. Importamos o que outrora, era nosso produto de exportação, no que atendia com suficiência, as necessidades do nosso mercado consumidor.

No rol das importações estão a carne, o trigo, o leite em pó, a manteiga, o milho, o feijão, a batata, e todo o resto de produção agropecuária.

Justifica-se uma situação dessas quando o país encere-dou para uma etapa maciça de industrialização, e nesta aplica toda a sua força de trabalho, e deixam de existir os espaços para a atividade da pecuária e da agricultura.

Mas, o Brasil ainda engatinha na industrialização e lhe sobram terras, e mais terras, para o cultivo de tudo o quanto carecemos internamente. Percebe-se pois, que está havendo uma distorção na política econômica do governo, em prejuízo do povo.

Compramos no ano passado cerca de quatro milhões de toneladas de trigo do Exterior, e as previsões para 1979, são de compra de três milhões e oitocentas mil toneladas. Devemos informar que, depois do petróleo, o trigo é o produto que mais consome divisas nossas.

Compramos cento e quinze mil toneladas de carne, ao custo de cento e dez milhões de dólares, e a previsão, para 1979 é de no mínimo cento e cinquenta milhões de dólares. Calcula-se que neste ano importaremos um milhão de toneladas de milho ao preço de quase cento e cinquenta milhões de dólares.

Vamos comprar ainda cento e quarenta mil toneladas de arroz, quando este era produto que exportávamos. Assim por diante, um quadro contristador, porque enquanto o dólar se desvaloriza no mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos, aqui no Brasil ele vai se valorizando a cada dez dias.

Essa valorização do dólar se reflete na economia do povo, porque sendo em dólares as compras de alimentos no Exterior, o seu custo em cruzeiros, vai crescendo exorbitantemente, quando posto à venda em nosso país, e o povo não tem tantos cruzeiros para pagar o preço que, pelos alimentos, é exigido.

Temos de considerar por outro lado, a ganância insopitável do intermediário. Adquire no País ou no Exterior, um produto qualquer a preço relativamente baixo, mas, ao colocar esse produto no mercado, o preço se multiplicou por algumas centenas de por cento. Há casos de aumentos que vão de 500 a 1.000%, e é claro que o povo, de economias reduzidas, não os suporta.

A retração do consumidor representa menos pão menos carne e menos feijão, à mesa do pobre.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EDILSON ALENCAR — ...Temos visto no Interior, muita gente alimentar-se quase unicamente de farinha de mandioca com água. Este pirão não tem outra mistura porque o dinheiro não dá.

Concedo, com muito prazer, o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado.

Deputado Edilson Alencar, eu queria cumprimentar Vossa Excelência, pelo pronunciamento e Vossa Excelência traz, de fato, a esta Casa, um pronunciamento demonstrando o quadro triste da economia brasileira, e da política, à orientação econômica do Brasil.

Nós, como Vossa Excelência acabou de afirmar, o Brasil vem importando inúmeros produtos que podem ser produzidos aqui, na nossa própria Pátria.

Entretanto, veja Vossa Excelência o problema da gasolina, em que o brasileiro compra a nove cruzeiros e sessenta centavos e a mesma gasolina que nós compramos a este preço, é exportada, em grande quantidade, abaixo do custo, chegou a ser exportada até a, um cruzeiro e sessenta centavos. Agora, recentemente, é que o Governo informa que está exportando a quatro cruzeiros.

Não seria o caso de reduzir-se o preço da gasolina para vender no mercado interno? Incentivaria a aplicar o resultado da venda no mercado interno, no incentivo à agricultura, no incentivo à pecuária, para que tivesse mais produção e não nos víssemos na contingência de num País como o nosso, com todas as possibilidades de ter que importar aquilo que nós produzimos. Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — O aparte de Vossa Excelência veio, realmente, complementar o nosso modesto pronunciamento. Agradeço a Vossa Excelência.

Continuo. A subnutrição enfraquece o organismo e o

torna vulnerável a todas as doenças além de acarretar a queda da atividade mental. O alastramento desses males nos conduz à condição de povo abúlico, desinteressado, sem esperanças. Se o progresso econômico é visível em algumas regiões, observem, os que têm olhos para ver e ouvidos para ouvir, que a quase totalidade do País mergulha no marasmo, na indolência congênita, na miséria crescente. A fome está por detrás disso, como está por detrás dos índices assustadores da mortalidade infantil.

O rotundo Ministro da Agricultura, sempre bem alimentado e, portanto, com permanente disposição física para construir frases de efeito, arrancou, da imaginação fértil e despreocupada, um "slogan", "vamos encher a panela".

Fácil de dizer, e difícil de cumprir.

A incauta imprensa acolhe e louva a frase de efeito. Qual, porém, o efeito prático dela entre o Povo, se não produzimos o suficiente para as nossas necessidades, se temos de importar tudo o que comemos a preços que não suportamos por causa do cruzeiro que vale cada vez menos!

Se o Governo está com o firme e sincero propósito de ir ao encontro do Povo, para que brasileiros não morram de fome, há que mudar de orientação na Política Econômica.

Em primeiro lugar, o combate à inflação deve começar pelo combate aos privilégios concedidos sucessivamente à plutocracia e às multinacionais, pois, até agora, as classes assalariadas é que têm sofrido.

Em segundo lugar, ao invés da preocupação com tiradas literárias que podem ser objeto de triunfo momentâneo nas rodas de "whisky" e de campanha dos granfinos. É preciso que o Governo se conscientize sobre a necessidade do aumento das áreas de produção e do aumento dos índices de produtividade no setor agrícola. Para que não falte alimentos no Brasil. A preços ao alcance da bolsa do pobre, das classes menos favorecidas.

Em terceiro lugar: — o combate ao especulador, empenhado e ganancioso, uma vez que o comércio, como intermediário entre o produtor e o consumidor, tem função específica no campo social e não deve ser confundido com o especulador propriamente dito. Como medida de emergência porém, no sentido da contenção da espiral de preços, o Governo precisa decretar de imediato o congelamento de preço dos produtos alimentícios essenciais, para a decretação da medida deste porte, torna-se mister que o Governo se arme de poderes suficientes afim de debelar e de punir os manipuladores do mercado. Quando as mercadorias visadas desaparecem das prateleiras, até hoje, até que haja o recuo oficial; e com a nova liberação de preços essas mercadorias reaparecem para suprimento do consumidor, a preços abusivos. Se em fase da atual e gravíssima conjuntura, o Governo não partir para a medida tão extrema, quanto a do congelamento dos preços dos alimentos, não precisamos converter-nos em novas cassandras, para prever a eclosão de sangrenta e de desesperada revolta popular.

A única voz que não pode ser amordaçada, é a voz do estômago; e quando ela se faz ouvir, as revoluções estouram; caem os Governos, e caem os Regimes."

Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados, tendo em vista a escassez do tempo, gostaria, para finalizar de ler apenas um pequeno requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício aos Excelentíssimos Senhores João Batista Figueiredo, DD. Presidente da República, Mário Henrique Simonsen DD. Ministro do Planejamento, Karlos Rischbieter, Ministro da Fazenda e Delfim Neto, DD. Ministro da Agricultura, solicitando o empenho do Governo, no efetivo combate à inflação com o policiamento dos juros extorsivos e diminuição exorbitantes privilégios dos grandes grupos econômicos

para maior desafogo das classes assalariadas, entrementes cresça o empenho oficial para o aumento da produção de alimentos no país, através da política de juros subsidiados e assistência tecnológica às classes produtoras. Por fim, como medida de salvacão nacional, impedindo a ação de especuladores através de severa punição aos atos atentatórios a economia popular e a decretação do congelamento imediato dos preços dos produtos alimentícios essenciais, porquanto muitos brasileiros morrem de fome, diariamente, e a voz do estômago é a única que não pode ser amordaçada, podendo a fome levar o povo ao desespero e à revolução.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) Edilson Alencar."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, dos Srs. Vereadores: Alceu Pires Machado, Luiz D'Almi Marenda, e Helon Boni; Srs. Vereadores da Aliança Renovadora Nacional, de São José dos Pinhais.

Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

"Já dizia - e muito bem - Araujo Lima, o Marquês de Olinda:

"O único princípio válido em política é o da transigência".

Realmente, o exercício político se processa num jogo de pressões e contra-pressões, onde a conciliação é busca dinâmica a ser atingida por transigências das facções participantes.

John Kennedy tinha a mesma visão, afirmando que exercer a política é chegar o mais próximo possível do objetivo ambicionado.

Isto porque, Senhores Deputados, presume-se que se desenvolva o debate político em torno de um pressuposto. E esse pressuposto é a procura de um bem-comum por todas as pessoas que participam do debate.

Portanto, o objeto da política é o bem-comum; seu instrumento é a persuasão; seu princípio é a transigência que não signifique conciliação permanente.

Eu sempre me aconselho com uma tia muito querida, que é a tia Tivica, que me diz sempre que "Política é a arte de chegar lá". Por isso, eu entendo assim a Política.

O debate deve ter a finalidade de chegar a alguma coisa. A conciliação é possível, mesmo que se tenha que transigir. O importante é sempre o bem-comum. E com esse espírito, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, estamos nesta Casa e aceitamos representar a bancada de nosso partido e justificar as iniciativas e posições do Executivo por ela julgadas corretas.

Nós queremos o debate com a Oposição.

Queremos conciliar, mesmo quando isso implique em transigir.

Porque acreditamos que nosso ânimo é idêntico: de alcançar o bem-comum. Legislar é atuar na defesa dos interesses do povo que aqui representamos.

Entretanto, a tônica de pronunciamentos de alguns dos Senhores Deputados da Oposição não tem permitido esta postura, este enfoque.

Temos ouvido pronunciamentos de cunho ideológico, extremados e acusatórios, analisando a realidade brasileira como uma ditadura em andamento, os governantes como usurpadores assassinos e corruptos, os políticos que se filiam ao nosso partido, a ARENA, como bonecos manipulados pelo interesse.

É um diapasão pelo qual não nos pretendemos afinar, além deste pronunciamento de hoje. Só queremos marcar, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, nos Anais desta Casa, que não é a falta de argumentos que nos levarão a eventualmen-

te calar quando ouvirmos pronunciamentos desse tipo.

Porque, entendemos, esse não é um comportamento político lúcido. Perde a conciliação de vista, é sobretudo intransigente, e não busca o bem da comunidade. Muito ao contrário, alimentar aqui um continuado debate sobre ideologias, instituições e história brasileiras revela até um aleijão vocacional. Estamos numa Assembléia Legislativa Estadual, nossa obrigação é legislar sobre assuntos de nossa competência e não ficar exercitando oratórias que talvez ficassem bem, mas lá no Congresso Nacional.

Se alguém errou de vocação, se alguém se candidatou de forma errada a Deputado Estadual, ao invés de fazê-lo a Deputado Federal, não nos compete acertar o passo de quem errou.

Como não tem objetivo em alto senso, esse tipo de pronunciamento - além de deslocado e estéril - contraria a visão que temos da política, e faz pensar naquele outro tipo de política que dita, como principal tática de ação, que devemos conduzir as coisas para pior para chegarmos ao melhor. Aliás, uma tática muito adotada pelas forças orientadas pelos ideais da Revolução Comunista Mundial quando pretendem desestabilizar governos e instituições dos regimes capitalistas.

Os Anais desta Casa, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, são documento de nossas posições em inúmeros pronunciamentos onde nos foi dado emitir opinião, embora tratando de temas de interesses imediato do Paraná, sobre assuntos políticos nacionais.

Há anos, e está tudo registrado em atas, protestamos contra eleições indiretas, contra erros da Política Econômico-Financeira, contra a desnacionalização e a influência exagerada de grupos transnacionais.

Contra o Ato Institucional n.º 5, na própria vigência - isso que é importante, Sr. Presidente - e estão aí os Anais para comprovar, protestamos contra o Ato Institucional n.º 5, na sua própria vigência.

Quando, Sr. Presidente, alguns dos Deputados do Partido da Oposição assim não se manifestaram, mesmo "au passant", talvez por também entenderem que temas nacionais não eram da sua competência... naquela época.

Hoje, entretanto, alguns dos Srs. Deputados da bancada adversária descobriram o Brasil. Oportunamente, é verdade, porque jamais tínhamos ouvido antes Deputados do MDB denunciar detalhes de assassinio supostamente ocorrido dentro de um quartel, nem dizer o montante de comissão pretensamente paga a um cidadão por negociata, nem ouvimos dizer que Ministros são carrascos de crianças, ou que quartéis abrigam psicopatas que mutilam patriotas.

Nem ouvimos Deputado da Oposição dizer que o Presidente está aliado ao capital monopolista internacional, nem que vivemos ditadura que tortura e que mata.

E isto tudo, Senhores, fomos obrigados a ouvir aqui, bem recentemente, e ouvimos ainda dizer que estamos sendo governados sob o chicote do arbítrio na mão.

Tivesse esse pronunciamento soado no Politburo, em Cuba, na Romênia, na China, na Tchecoslováquia, na Polônia, onde alguns acham que reside o tipo de regime mais apropriado para o Brasil - seu autor certamente receberia aplausos da galera. Ou seria um paredão? Aqui não... Onde impera o arbítrio e a ditadura, o autor de acusação tão grave, denunciador de crimes não provados, caluniador portanto, fala, erra, pinta e borda, sem medo das torturas que denuncia hediondas.

Não temos interesse, nem informações, para contestar as levianas acusações, mas é oportuno dizer verdades, para que a impostura, pela repetição, não transforme a versão mais importante que os fatos.

A revolução de 1964 surgiu com o apoio unânime do Povo Brasileiro que já não suportava a baderna, consequência do desgoverno e da deterioração premeditada da democracia

que então se construía. Os militares não quiseram fazer a Revolução; eles tiveram que a fazer; eles tiveram que a fazer empurrados pelo Povo, especialmente pelas mulheres deste País.

O Ato Institucional n.º 5 foi editado ao som de bombas terroristas, de gritos de clientes de bancos assaltados, de sentinelas mortas em quartéis. Mesmo assim, a relutância em assiná-lo talvez tenham levado o então presidente Costa e Silva à morte.

Então o Ato 5 perdurou.

E contra ele foi armada uma resistência constante por toda a comunidade política do País, a partir do momento em que se conscientizou a Nação que o amargo remédio já não era necessário para conter a doença para a qual foi inventado.

Essa resistência nunca foi privilégio do MDB, mas veio, isto sim, somar as forças políticas todas, o clero, advogados, cientistas, estudantes, enfim, todos quantos se acham responsáveis pela construção da democracia não adjetivada nesta Pátria querida.

E aparecem, então, os donos da verdade, depois que essa luta alcança seus primeiros êxitos, dar a sua visão maniqueísta e idiota da realidade nacional.

Deste lado aqui da Nação estamos nós, o povo sofrido, os patriotas e os filiados do MDB.

Do lado de lá estão os militares usurpadores, os governantes corruptos, o capital internacional espoliativo, e os políticos da ARENA, os Deputados da ARENA, que são bonecos feitos para bater palmas à ditadura.

Realmente, é constrangedor aceitar, até falar a quem vê o Brasil assim.

É muita bem-aventurança...

Mas tanta pobreza termina sempre com um brado heróico de salve!

Que venha a anistia, ampla, irrestrita, incondicional.

Anistia para os terroristas que derramaram sangue dos inocentes.

Anistia para seqüestradores.

Vamos apagar os crimes, vamos apagar a História.

Vamos nivelar marginais e inculcados por discordância política; assaltantes de bancos com políticos do regime destituído.

Ao mesmo tempo, vamos punir os governantes, os torturadores, os burocratas ineficientes, enfim, todos os pretensos responsáveis por presumidos delitos que eu acho existirem.

Posição lógica, congruente, não é mesmo?

A nossa, é bastante diferente...

Se alguém matou, roubou, cometeu violência, deve ser punido. Seja da esquerda, seja da direita, do alto ou de baixo. Não admito, me rebelo, não entendo anistia e malfeitor.

Seja malfeitor da ARENA, seja do MDB, seja malfeitor fardado; seja corrupto do passado, seja corrupto de hoje.

Estão aí os Anais da Casa, que comprovam que esta sempre foi a minha posição aqui na Assembléia.

Dê-se, a todos eles, um processo regular, pela Justiça hoje soberana. A todos os criminosos seja dada a lei, nunca a anistia.

Anistia, no nosso entendimento, é oferecer a políticos, líderes sindicais, intelectuais, artistas e outros que se viram envolvidos em processos por participação em organizações não violentas de oposição ao movimento revolucionário ou por integrarem o governo deposto.

Anistia é permitir o retorno de centenas de brasileiros pacíficos, ao lugar que nunca deveriam ter deixado: sua Pátria! Opinião se perdoa!

Violência não se perdoa.

E o objetivo desse debate sobre anistia, como de todo debate político, é de conciliação, e a conciliação presume a hipótese de transigência, para se chegar a resultados satisfatórios.

tórios, ao bem comum.

Mas, não. Os radicais não transigem.

Então eles não querem a pacificação da Nação Brasileira, motivação maior da anistia. E aparecem em sua verdade inteira, incongruentes a ponto de não mereceram resposta, alimentando-se da discórdia para tentar atingir objetivo de caos.

Os políticos de bem - os homens de bem - todos sabem que há muito a aperfeiçoar neste País, a começar pelas instituições políticas.

Fosse o Brasil uma casa, diríamos que uma boa reforma, alguns consertos, e teríamos privilegiada residência.

Aos radicais isso não interessa.

Lembram? Quanto pior, melhor.

Eles querem demolir a casa.

Querem construir obra, obedecendo ao projeto que gostam. Um projeto desenhado por um engenheiro, um arquiteto, sabe-se lá por quem.

Não é possível o debate com um radical porque não interessa o bem comum e sob essa visão ele não é um político militando, mas um revolucionário em guerra permanente, sempre guerreando.

Repetimos: a liderança da ARENA, Senhor Presidente, e nobres Senhores Deputados, não pretende voltar a essa temática porque seria aceitar um diapasão que nivela os trabalhos da Casa a um tom menor.

No nosso feito de debater para conciliar e encontrar resultados, apelamos aos Senhores Deputados da Oposição que, se tiverem provas de assassinios, corrupções, torturas e outras violências, que, por favor, as encaminhem às autoridades competentes porque esta Assembléia não é Órgão processante.

Ao invés de insultos, gostaríamos de ouvir teses. Precisamos muito da Oposição, de sua vigilância e de sua crítica, dos seus projetos, das suas manifestações que expressem o pensamento da parcela de povo que representa.

É hora da equipe de demolição que se agrupou junto ao MDB entrar em recesso para que os brasileiros construam mais depressa a democracia com que sonham.

Nessa democracia não cabem os que a querem ver destruída. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante de sessão anterior, solicitando informações a respeito do processo que tem por objetivo elevar o Distrito de Cafelândia D'Oeste, situado em Cascavel, à condição de Município. —

A Mesa tem a informar ao Sr. Deputado autor do requerimento, o ofício recebido pelo Sr. Diretor do Departamento Legislativo. (Lê o ofício):

"Senhor Presidente:

Informo com relação ao presente requerimento formulado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, em sessão plenária, que o processo referente à elevação do Distrito Administrativo de Cafelândia D'Oeste, para Município, com território desmembrado do Município de Cascavel, está consolidado na Proposição n.º 27/70, a qual foi encaminhada pelo Ofício n.º 370/76, de 14/04/76, da Presidência desta Casa ao Poder Executivo, a fim de ser solicitada a autorização da Presidência da República, através do Ministério da Justiça, de acordo com o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça deste Poder Legislativo, aprovado em 27/11/75, sem que até a presente data tenha havido qualquer comunicação a respeito.

Em 05 de abril de 1979.

Diretor Legislativo.

Era o que tinha a informar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência, com base no Artigo 97 do Regimento, pela ordem, que este requerimento - apenas para esclarecer a Vossa Excelência -, tem o sentido de viabilizar o reandamento daquele processado, posto que não se teve uma notícia a respeito do destino daquele processo, e em assim sendo, este procedimento, que encareço a Vossa Excelência, é de indagar daquela autoridade, o que foi feito desta pretensão e se ele encontra-se arquivado, nós já demos andamento no processo suplementar que tem nesta Casa, para que a petição dos eleitores daquela comuna seja satisfeita através de um novo processado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Informo ao Nobre Deputado que, de acordo com a solicitação do requerimento, "solicita informações a respeito da tramitação" e a devida tramitação foi atendida de acordo com a informação do Diretor Legislativo, e a Mesa informa ao Nobre Deputado que atendendo solicitação, fará novo pedido, para aceleração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado a Vossa Excelência.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder da ARENA, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados Airton Cordeiro, Augusto Carneiro e Pinto Dias, para Vice-Líderes. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prado Ferreira", com sede e foro na cidade de Prado Ferreira, Município de Mirassol. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/78, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO, que declara de utilidade pública o "Lar Infantil André Luiz", com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/78, de autoria do ex-Deputado MUGGIATI FILHO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais S.O.S., de Arapongas", com sede e foro no Município de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz" - FUNDALUZ, com sede e foro nesta Capital. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/78, de autoria

do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança — APAE; com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o GRUPO OCUPACIONAL ENGENHARIA E ARQUITETURA, Código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/79, que objetiva a criação de seis (6) cargos de DESEMBARGADORES NO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.H., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/79, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção das GRATIFICAÇÕES "PRO LABORE" atribuídas aos Membros do CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, DAS COMISSÕES PERMANENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL DE ALÇADA e de DIRETORES DO FORUM, previstas na Legislação específica e dá outras providências. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e da C.F.. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma do Substitutivo, da C.F. e C.R.H., na forma do Substitutivo da C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Substitutivo Geral oferecido ao Projeto de Lei n.º 21/79, pela Comissão de Finanças.— Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

Em discussão o projeto e o substitutivo. Encerrada a discussão.— Em votação o Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.— **Aprovado.**

Automaticamente fica prejudicado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 02/79, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 177/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 131/77, que dispõe sobre nova estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Pareceres da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A bancada da ARENA, nesta Casa, Sr. Presidente, votará pela manutenção do veto, embora reconheçamos a injustiça deste veto sobre o Projeto de Lei 177/77, que dispõe sobre a estrutura e quadro especial dos Procuradores e Advogados.

Todavia, Sr. Presidente, o artigo 44 vetado, é que leva o Governo do Estado a solicitar a manutenção do veto, por quanto estende aos inativos da Procuradoria os benefícios constantes da referida Lei.

Isso de uma certa forma seria injusto, Sr. Presidente. Porque existem também os profissionais liberais de outras

carreiras: os advogados, os dentistas, os engenheiros e assim por diante.

Nestas condições, Sr. Presidente, a bancada da ARENA votará pela manutenção do veto. Mas, se permite, subscrever um requerimento que se encontra sobre a Mesa, Sr. Presidente, para apelar ao Sr. Governador do Estado, sublinhando a conveniência de endereçar a esta Casa, anteprojeto com a finalidade de revogar os dispositivos legais vigentes, que proíbe o exercício profissional particular, por parte dos funcionários ocupantes de cargos privativos de nível superior. E que tal proposição contemple também aqueles que seriam amparados pelo Artigo 44, do Projeto de Lei n.º 177/77, que não tiver sofrido veto governamental, o referido dispositivo.

Essas são as razões do nosso apelo, Sr. Presidente, e alioço a nossa convicção de votar pela manutenção do veto. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) —

O SR. PRESIDENTE — Para discutir tem a palavra o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

Sou incansável na defesa dos projetos que esta Casa aprova, delibera e entende, devam ser colocados na vigência e na órbita jurídica.

Percebo, Sr. Presidente, que após debates acirrados, reuniões permanentes, constantes estudos apurados, de quantos se interessaram em aperfeiçoar este projeto, quando tramitava nas Comissões Técnicas desta Casa.

Foram em vão, como tantos outros preceitos aqui estabelecidos para ser sancionados.

Vem o Governo do Estado, com base nesta colcha de retalhos legislada pela Revolução, que se denominou de uns anos para cá, se chamar Constituição, mas, que de princípio constitucional nada mais tem, do que preceitos inválidos e quem sabe, oxalá, em breve poderemos estabelecer neste País, uma ordem realmente jurídica, para que o Parlamento com liberdade, possa deliberar através de discussões livres, abertas, democráticas e depois, sem o fulcro da imposição do Poder Executivo e ninguém pode negar isso, nem nós, meros andarilhos da política, nem aqueles que estão a vislumbrar os nossos passos.

Mas nós, Sr. Presidente, deste Poder claudicante, temos que confessar: nós pelo menos do MDB, somos impotentes para botar um paradeiro a esses vetos indiscriminados que vêm aqui para esta Casa, com o fulcro de inconstitucional, passando por cima inclusive de direitos adquiridos, como é o caso de Procuradores do Estado, de Advogados do Estado, de Inativos desse Estado, marginalizados por várias e muitas vezes que se arrastam por este Poder e depois que a ele volta, ele se esmaga porque depois de deliberar, volta atrás e passa por cima das suas deliberações, sempre se tem um opositor aos vetos colocados por esses princípios.

É por esta razão, Sr. Presidente, que tenho de me rebelar, que tenho de dizer, que de inconstitucional nada tem, neste projeto aprovado. Inconstitucional sim, é o regime em que vivemos, já debaixo de vara, já diria, os velhos doutrinadores do passado.

Debaixo de vara, de um poder que é superpoder, o Poder Executivo. E nós do Poder Legislativo, cansados e claudicantes, tropeçantes temos que dizer apenas, muito bem.

Mas nós, da bancada do MDB, honramos as nossas posições de liberdade para dizer que, sem autorização da minha liderança, entendo que nós votaremos e haveremos de votar pela rejeição do veto.

Mas peço, nesta oportunidade, Sr. Presidente, que o Governo do Estado que não foi o subscritor desta mensagem encaminhando o veto, espero dele, das declarações que tem feito à imprensa, de reconciliar o funcionalismo do Estado, de buscar uma fórmula de conciliação neste Estado, que já de longa data não tem vivido em conciliação.

Entretanto, Sr. Presidente, esperei e esperarei que este Governador possa, realmente, trazer ao funcionalismo público do Estado, seja de que categoria for, homens e mulheres que trabalham neste Estado, ou que já não trabalham mais, que estão na inatividade, recebam do Governo uma mensagem para expressar a sua legitimidade, e para que se faça neste Estado, a partir daqui, justiça com seus quadros de funcionários.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este projeto chegou na Casa há muito tempo, e teve um trabalho cuidadoso de uma Comissão Especial para ser apreciado e estudado. Sofreu várias remodelações de sua peça originária, porque contra ele se levantou a unanimidade dos advogados do Paraná, em memoriais que estão no bojo dos autos, se levantaram contra as gritantes inconstitucionalidades que o plano de lei continha.

E após demarches da Comissão, a interferência de vários Deputados, do próprio Executivo, partiu um substitutivo para aperfeiçoar o projeto. E assim é que o esdrúxulo concurso que se exigia para homens que já estão até há 35 anos exercendo a profissão, caiu.

Mas, Sr. Presidente, o veto tirou talvez aquilo de bom que esta Casa conseguiu produzir. Porque o veto restabelece uma inconstitucionalidade gritante.

Diz a Constituição Federal de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Ora, o que se faz hoje aqui? Vota-se uma lei, e esta lei tem que procurar ser justa. Quando aqui se levanta e se reconhece que a lei é injusta, que há injustiça nesta lei, é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta Casa até pela economia processual, não pode ter outra posição senão aquela de fazer a justiça. Porque, em assim sendo, estaríamos previamente reconhecendo a posição de inferioridade, de dependência deste Poder, que catalogado na Constituição, é igual e harmônico ao Executivo; o Executivo deve então reconhecer de que a Constituição Federal está sendo ferida neste plano de lei.

Ao assim fazermos, mesmo reconhecendo a injustiça e consagrarmos esta injustiça, Sr. Presidente, não estamos apenas cedendo ao Poder Executivo, estamos mais, desrespeitando um princípio de estabilidade jurídica que qualquer Nação e qualquer País devem ter.

Refiro-me, Sr. Presidente, à proibição taxativa que o veto veio consignar, de que aqueles advogados que estão no Estado há vários anos, muitos deles há trinta anos, de uma hora para outra estarem proibidos de exercer a sua profissão.

Ou seja, o veto é taxativo em não permitir a advocacia aos homens que há mais de 30 anos o fazem no Paraná.

Por isso, prejudica o direito adquirido, Princípio da Constituição Federal, consagrado na Constituição Estadual, exigência de que se faça justiça no mandato que o Deputado jurou aqui cumprir.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, injustiça maior se comete aos advogados inativos deste Estado. Porque se fere o princípio da isonomia; há um tratamento diverso: os advogados a serem enquadrados no novo plano da Procuradoria Geral do Estado, adquirirão a posição melhor e mais vantajosa, objetivo desse plano de lei.

Mas aos inativos, o veto foi crucial. Foi inumano. Porque faz com que os inativos pareçam que não sejam considerados integrantes daquela briosa classe de advogados que deram suas vidas e lutaram incessantemente para defender os interesses e o Direito desta Unidade da Federação.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos, em absoluto, concordar com o veto. E a nossa posição é frontalmente contrária ao veto, porque reconhecemos que ele é injusto; porque

não podemos admitir a injustiça. E como disse, até por um princípio de isonomia. Porque se reconhece a injustiça, mas através de um ato humilhante se clama para que o Executivo reconheça esta injustiça e que parta de lá, um outro plano de lei para corrigir isto, Sr. Presidente.

Não se pode exigir a humilhação desta Casa, que tenha que pedir ao todo-poderoso e unipresente Executivo, para que lá do alto diga: concordo. Porque estamos abrindo mão daquilo que conhecemos justo. Daquilo que é Justiça e daquilo que o homem, em momento algum, pode abrir mão da Justiça, que ela deve ser feita, custe o que custar.

Por isso, a nossa bancada votará contra o veto.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse projeto de lei, tivemos a oportunidade de estudar na Comissão de Justiça. Alicerçado neste requerimento apresentado pelo nosso eminente Líder, Deputado Erondy Silvério, em que faz um apelo ao Sr. Governador para que envie nova Mensagem à esta Casa, corrigindo esta injustiça. Vamos acompanhar a nossa bancada, votando com o veto, e esperando que seja corrigido, num tempo bem curto, o direito adquirido que nós consideramos neste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão. Encerrada a discussão. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto de Lei nº 177/77, permaneçam como estão. (Pausa). Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 177/77, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam o projeto;

25 Srs. Deputados rejeitam o projeto.

— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 04/79, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 198/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 148/78, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", Código TC - 1500, fixando novos vencimentos aos cargos das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 06/79, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 107/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dá nova redação ao parágrafo único do Artigo 39, da Lei nº 4766, de 13/11/63. (Pagamento de Taxas por Associados, junto ao IPE). Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação —.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, sou forçado a manter a minha posição novamente com referência a esse problema de veto.

O nobre Deputado Erondy Silvério propôs e esta Assembléia aprovou, uma matéria de alta relevância para o funcionalismo estadual.

Ela visa diminuir, ou melhor, acabar com a cobrança de

taxas feitas pelo IPE.

E andou bem o autor do projeto, e esta Casa de Leis, simplesmente porque além dos objetivos sociais previstos pelo projeto, o alcance que este projeto buscou encontrar, encontra respaldo no art. 77 e incisos da Constituição do Estado, onde se vê que "O Estado promoverá o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, e para esse fim organizará: previdência, assistência médico-dentária, colônia de férias, cooperativas de consumo, com sessões de crédito, nº II, e assistência hospitalar gratuita".

E a justificativa tomada como razões do Poder Executivo para opor o veto, são razões financeiras, são razões econômicas. Quem sabe até, paralelas ao regime que nós vivemos, o regime do alto capitalismo, que procura o entesouramento de riqueza e não vê o aspecto social.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que não vejo inconstitucionalidade neste projeto. Não vejo porque a oposição deste veto com base em princípio constitucional: primeiro, porque a Constituição prevê a possibilidade desta diminuição do custo para o funcionalismo público.

Esta é a razão da qual me valho, Sr. Presidente, para votar contra o veto e a favor do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 107/77, permaneçam como estão.

Aprovado o projeto, rejeitado o veto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 107/77, queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, o projeto é de nossa autoria.

E é dos mais justos que esta Casa poderia ter votado. Porque ele visa, principalmente, impedir que o IPE, que já desconta em folha dos funcionários, continue cobrando por serviços prestados por exames e uma série de outros serviços, aos seus associados.

E, evidentemente, Sr. Presidente, apesar de Líder da Arena e do Governo nesta Casa, não posso violentar minha consciência e votar favoravelmente ao veto.

Neste caso, passo o comando da bancada ao vice-líder, Pinto Dias.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa procederá a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 107/77, queiram levantar-se (Pausa).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas porque um lapso de memória me tira, no momento, a faculdade de discernir o que é certo e o que é errado.

Pergunto, e a Assessoria haverá de dizer a Vossa Excelência se o meu procedimento é errado ou não: na fase de verificação de votação, cabe o encaminhamento ou não de votação?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Cabe perfeitamente.

O SR. IVO THOMAZONI — Então, peço a Vossa Excelência que me permita encaminhar a votação, e o farei rapidamente.

Sr. Presidente, lembro-me que esta Casa, quando presidida pelo eminente Deputado Wilson Fortes e secretariada por mim, instituiu acordos com a Paraná Clínicas, de atendimento aos funcionários e seus familiares, e também aos Srs. Deputados e a seus familiares.

Verificou-se, no decurso do cumprimento desse contrato

de prestação de serviços feito pela Assembléia Legislativa do Estado para com aquela entidade, com os recursos repassados anualmente pela Assembléia, e somados aos recursos da CABENFALE, eram insuficientes para se manter o tratamento adequado ao funcionário.

Daí, Sr. Presidente, daí me pergunto, daí perguntamos, Sr. Presidente: a CABENFALE, para ajustar esta ausência de recursos, passou a debitar em folha, 10, 15, ou talvez 20% - não lembro o percentual - dos exames procedidos com a competente autorização da CABENFALE, razão, para perguntarmos aos nobres Deputados da ARENA e do MDB se, não poderíamos nós, propor ao Executivo que, ao invés de cobrar, como cobra, o percentual dos funcionários públicos que recolhem mensalmente ao IPE, dos seus vencimentos, em muitas das categorias nos seus parcos vencimentos, e diga-se de passagem, em muitas das categorias nos seus bons vencimentos, parte deles para manter o IPE, então, se não seria esta a oportunidade, numa conversa franca, leal, com o homem que comanda o Poder Executivo, através da nossa liderança que é autora do projeto de lei, e cujo projeto agora se transformou na Proposição 6/79, quem sabe, ele com a liderança do MDB ou com os vice-líderes, encontrassem um denominador comum, para que lá também, a exemplo daqui, se desconte parte dos exames. E quer me parecer, Sr. Presidente, que a medida é moralizadora, porque não é raro, Sr. Presidente, que uma enxaqueca qualquer faça com que determinados facultativos, os mais respeitáveis, requisitem todo tipo de exames de laboratório. E exatamente por não ser raro este comportamento, é que o Executivo poderia entender bem, porque o projeto tem toda a justiça.

Agora, pergunta-se também o que é justo, o que não é justo.

Eu ouvi muito bem o que o MDB falou nesta Casa durante o encaminhamento da votação. Mas, às vezes, nós não nos perguntamos o que é constitucional ou o que é inconstitucional. E eu, Sr. Presidente, na minha humildade, na humildade de quem tem cultura adquirida da leitura do Almanaque do Pensamento, pergunto: nós todos, juntos, não poderíamos conseguir que o Executivo chegasse a esta média, a exemplo do que encontramos na CABENFALE, que mantém um dos melhores tratamentos médico-hospitalares que existem no Estado? Instituição que dá ao funcionário da Assembléia, apartamentos com banheiros privativos?

Nós poderemos, ou poderíamos manter o veto, e mantendo o veto, manteríamos a posição da bancada, porque a bancada tem que ser coerente.

Se isto for possível, sugiro ao nobre Líder Erondy Silvério, autor desta lei que, segundo disse o Deputado Nilso Sguarez, é tão justa, então sugiro ao nobre Líder, que ele seja também constitucional. Porque se houver aumento de despesa, deverá portanto partir do Executivo. O Executivo que nos mande uma Mensagem e nós votaremos em unanimidade, a favor dela.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Atendendo solicitação do Deputado Gilberto Carvalho, vamos proceder a votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, na Mensagem que encaminhou o veto, o Sr. Governador diz o seguinte:

"Induvidosamente, sua iniciativa há de ter cabido a quem desconhece inteiramente o regime assistencial a cargo do Estado".

Quero crer que o nobre Deputado Erondy Silvério, quando elaborou este projeto de lei, o fez como Deputado, e como tal, deveria pelo então Governador ser respeitado, porque não acredito que quem elabora um projeto de lei desta natureza - no dizer do Sr. Governador - desconheça inteiramente o regime assistencial a cargo do Estado. É o que consta da Mensagem.

Sr. Presidente, procurei ler rapidamente a mensagem, para saber o que enquadrava como exames considerados complementares, e entre outros - diz o Sr. Governador - são todas as análises laboratoriais e todos os serviços de radiologia. Informa ainda o Sr. Governador, que só em 1978, as taxas pagas pelos funcionários que necessitaram desses exames, somaram uma receita para o IPE de um milhão, sessenta e cinco mil e oitenta e sete cruzeiros e dez centavos.

Srs. Deputados, um milhão de cruzeiros, aproximadamente, foi a receita do IPE com as taxas pagas por esses exames chamados complementares.

Muito bem. Se nós olharmos a previdência das outras categorias, nós veremos que os militares, hoje, os tão falados militares, não pagam; os bancários, não pagam. Por que o funcionalismo público, exatamente aquele que menos ganha, tem que pagar? E vejam, Srs. Deputados, que a receita do IPE foi de um milhão de cruzeiros, e eu lembro neste momento, que só em 1975, o Governador Jayme Canet gastou cinquenta e dois milhões de cruzeiros com publicidade. Poderia perfeitamente tirar um pouquinho da publicidade, um pouquinho da mordomia, e pagar o IPE, para que o IPE não entrasse em falência, porque, apenas com um milhão de cruzeiros, todos os funcionários públicos não precisariam pagar taxa.

Daí eu acreditar que o nobre Líder da Arena, quando apresentou o projeto, conhecia perfeitamente o Regimento, e por isso, tem o meu apoio a seu projeto, contra o veto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, esta Casa tem sido palco de argumentos e de contra-argumentos. Ouvimos ainda recentemente, o ilustre Presidente de honra deste Poder, o Deputado Ivo Thomazoni, quando encaminhava a votação. Diz ele que a matéria era justa mas não era constitucional.

Esta Casa teve a oportunidade de apreciar este lado do projeto do Líder da Arena, Erondy Silvério. Apreciou, votou e o Poder Executivo veta, e remete para que este Poder Legislativo decida sobre este veto, mas a consciência de cada um dos Deputados que aqui está, há de falar também, como disse o Líder da Arena, que não podia votar contra a sua própria proposição e ouvimos do ilustre Deputado Ivo Thomazoni, as ponderações. Mas esqueceu-se ele, de dizer que o IPE esteve metido em uma grande negociação no final do ano, quando estava adquirindo um hotel no centro de Curitiba, para lá, fazer uma exploração hoteleira destinada aos previdenciários do Interior.

E eu me refiro à compra do Brás Hotel, que esteve e, que me parece o Instituto de Previdência do Estado pagou u'a multa pela não consumação do negócio; quanto a isto, será objeto de pedido de informações por nossa parte, posteriormente, para sabermos.

Portanto, é a posição que mantemos na constitucionalidade da matéria e na justiça da matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Após ouvida a exposição do nobre colega e companheiro Tolentino, o qual discorria sobre a Constituição, nós talvez, de antemão, não tenhamos toda a certeza, mas quando da assistência médica, da assistência social, não sei se em síntese, ele falava na gratuidade total, coisa que nós, particularmente como médicos que somos, militando há mais de 18 anos nessa atividade, podemos dizer - de experiência própria -, quando à valia desta condição e deste veto, pois na prática, Srs. nobres Colegas, quer se dizer se tratar gratuitos, tudo quanto é exame pedido à nossa pessoa;

são requisitados desde os mais absurdos aos mais simples. É por isso que nós, em nossa experiência de médico, em nossa experiência de atendentes do INAMPS, da Previdência do Governo, nós sempre fomos favoráveis, como ainda o Sr. Ministro, esse que atualmente ocupa o nosso Ministério da Previdência Social, Jair Soares, fala em cobrança de taxas simbólicas, para que não haja esse exagero de pedidos de exames de consultas e pedidos de exames complementares.

É por isso que nós, na nossa prática, em considerando a nossa vivência, somos favoráveis ao veto, e para que, sempre que possível, ao menos dando a essa grande parcela de contribuição que o Estado dá, a grande contribuição de atendimento médico que a Previdência Social dá aos seus segurados, eu ainda sou favorável, sempre, a que seja cobrada, ao menos que seja, uma taxa simbólica e eu creio, esse foi o objetivo do nosso Governador.

Por isso, eu voto favoravelmente a este veto.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Procedendo verificação de votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao Projeto de Lei nº 107/77, queiram levantar-se.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, confesso, estou pasmado; não estou entendendo o que está acontecendo. Não sei se é o veto que está sendo votado, ou o projeto. Tenho a impressão que o MDB está votando errado.

Todos, a Arena e MDB votaram a favor do projeto, agora estou vendo só o MDB em pé. Gostaria de indagar a Vossa Excelência.

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nobre Deputado Fidelcino Tolentino...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu não estou fazendo isso com nenhuma jocosidade. Encareço a Vossa Excelência me esclarecer; estou confuso.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Presidência esclarece o nobre Deputado.

Atendendo solicitação do nobre Deputado Gilberto Carvalho, em verificação de votação, estamos procedendo a verificação de votação do Projeto de Lei nº 107/77. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitem o projeto, queiram levantar-se. —Pausa).

A Mesa solicita do Deputado Jurandir Messias. Como vota?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, eu pretendia encaminhar a votação.

Só não o fiz, atendendo uma solicitação da minha liderança, e também concordo que ela teve uma posição, e imediatamente teve outra.

Eu não posso, de maneira nenhuma, porque além de ser um dos contribuintes do IPE, desta Previdência, eu conscientemente deveria votar contra o veto. Acontece, que eu não quero ser um Deputado rebelde, não quero destoar da minha liderança, e por isso me abstenho de votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que, regimentalmente, o Deputado presente ao Plenário não pode deixar de votar, e a Mesa indaga como vota o eminente Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Se o Deputado estiver presente não pode se abster, eu pediria licença, vênha inclusive ao meu líder para que eu me retirasse do plenário.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DENI SCHWARTZ — Só para esclarecer ao nobre Deputado Jurandir Messias, que não me parece questão fechada da Arena, uma vez que o próprio Líder votou com o projeto contrariamente aos demais membros da bancada. Portanto, o Deputado Jurandir Messias está livre para votar inclusive com o

seu líder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está V. Ex.^a com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para que conste dos Anais que não houve liberação da Bancada, absolutamente. Eu me julguei apenas impedido de continuar liderando a bancada nesta votação, que eu acho dos mais justos o projeto, não por ter sido de minha autoria, e que acho que as razões apresentadas pelo Governo do Estado são inconsistentes e não convenceram a ninguém. Mas, passei a liderança ao nobre Deputado Pinto Dias, vice-Líder, que é quem comanda a votação da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Votaram 17 Srs. Deputados aprovando o projeto. 16 Deputados rejeitaram. — Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição ao Doutor Eduardo Seabra Fagundes à Presidência do Conselho Federal da OAB. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 12/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando providências junto ao Banco Central, no sentido de que os estabelecimentos de créditos que descontaram as Notas Promissórias Rurais emitidas pelos Frigoríficos FRIMESA e COMABRA, não sejam executadas dos pequenos produtores endossantes e sim dos frigoríficos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo determinações junto à rede bancária, no sentido de serem suspensas todas as cobranças de Notas Promissórias Rurais, bem como, medidas que visem a devolução das importâncias já pagas pelo produtor rural. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio à Comissão Mista pró-construção da Ponte Internacional sobre o Rio Iguaçu. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo à Direção do D.E.R., no sentido de estabelecer entendimentos com a Prefeitura Municipal de Araucária, com o fim de autorizar os ônibus que fazem a linha Curitiba-Lapa a manter um ponto de parada na Rodoviária de Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de confiança pela aprovação da Lei que elimina da Lei do Inquilinato a famigerada "denúncia vazia". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, com referência à criação do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, o regime de incentivo e dá outras providências. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada

a discussão pra a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças, visando providências para impedir a evasão de produtos paranaenses para outros Estados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, no sentido de efetivar a regularização das Extensões Ginásias do Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que tome medidas necessárias a fim de serem nomeadas as direções das Escola Normal Estadual e Colégio Comercial Estadual, da cidade de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Conselho Nacional do Petróleo, a fim de que seja revogada a recente medida que proíbe a venda de quantidade inferior a 100 litros de gasolina, para consumidores avulsos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a abertura de um Escritório Regional da FAMEPAR, na cidade de Cascavel. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pavimentação asfáltica do trecho Guaíra a Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando agilização do processo para a efetiva implantação da Universidade do Oeste e Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Comissão de Organização Judiciária e ao Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam efetuados estudos para a criação da Comarca de Campina da Lagoa. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Luisiana, Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pavimentação asfáltica do trecho Cafelândia D'Oeste à BR-369. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que, me parece, eu tenho um requerimento da mesma natureza aí na Mesa, não sei se foi apreciado ontem. Pediria que englobasse os dois, se permitir o meu nobre colega que tem assento também nesta Casa, representando a mes-

ma área.

Não vi este requerimento ontem, verifiquei na Mesa e não o vi, eu tenho um requerimento neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o requerimento anunciado pelo Deputado, foi apreciado na sessão de ontem.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Ah! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Superintendente do INAMPS, no Paraná, encarecendo o credenciamento de médico e hospital, para o Distrito de Luisiana, Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se efetue estudos para a ligação asfáltica da sede do Distrito de Luisiana a PR-T-487. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e congratulações à Associação dos Docentes do Hospital Universitário de Londrina, que deliberaram em Assembléia Geral, que os seus membros entrassem em greve. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a Comissão de Organização Judiciária e ao Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a criação da Comarca de Mamborê. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, não tinha conhecimento do requerimento do eminente Deputado Darcy Deitos, mas quero, de público, deixar aqui os meus aplausos, o meu apoio, a minha compreensão, a minha ajuda e que o Deputado Darcy Deitos, nesta luta que ele enceta, para a criação da comarca de Mamborê, que entendemos como legítimo representante de seu partido naquele município, a sua iniciativa é por demais válida.

Não poderia, Sr. Presidente, de maneira alguma, me por contrário a este requerimento e a esta pretensão, porque é muito justa, muito merecida a elevação daquele município à categoria de Comarca.

Ao Deputado Darcy, me parabeno e também, além de apoiar o seu requerimento, estarei também à sua disposição, para continuarmos esta luta que hoje ele inicia através deste requerimento. Portanto, eu me parabeno, com o Deputado Darcy Deitos e aplaudo a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. IVO THOMAZONI (Para encaminhar a votação). — Sr.

Presidente, eu sei que o Agnaldo não quer que eu fale Sr. Presidente, mas eu estou testando o meu coração. Vou tomar uma decisão.

Sr. Presidente, ninguém tanto quanto eu, talvez muitos tanto quanto eu, mas ninguém mais do que eu, lutou pela criação de comarcas.

Conseguimos reformular pareceres por meses e meses nas comissões especiais, já haviam entregue ao Conselho Superior da Magistratura, indicando os municípios que deveriam ser

sede de comarcas. E não há povo mais feliz, do que o povo que recebe a justiça na porta da Casa.

Votarei a favor do requerimento. Mas gostaria imensamente, Sr. Presidente, de saber, se no bojo da proposição, constam, sequer, algumas informações que digam para o convencimento dos membros daquela douta comissão especial, que o município tem as condições necessárias para vir a ser sede de comarca. Porque, com algumas coisas este Poder não pode brincar.

Há disposições que nem estaduais são, federais, que nós queremos respeitar. Votamos, mas temos também Sr. Presidente, que ao votar uma matéria, que esta matéria não seja motivo nunca de chacota, quando recebida por outros poderes como já ocorreu Sr. Presidente, quando ocupava a Presidência desta Casa. E nada dói mais, Sr. Presidente, do que saber que muitas vezes, um pedido é feito tão somente tendo o objetivo político. E por esta razão, pediria a V. Ex.a, tão somente, para que eu vote conscientemente, se no bojo deste requerimento consta, pelo menos: número de eleitores, a distância de uma para com a outra Comarca; a área municipal tenha condições necessárias, para que não sejamos nós, Deputados Estaduais debitados pelo outro Poder, como homens que não obedecem às leis maiores deste País. Nós que muitas vezes as fazemos no plano estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho da região de Campo Mourão.

Campo Mourão que é sede de comarca, aonde cogrega mais cinco municípios.

Evidentemente, quando viemos para cá, viemos com intuito de representar não tão somente Campo Mourão, mas toda a Região. E ontem, quando demos entrada neste requerimento, até o fizemos contrariando os interesses da minha cidade, que é Campo Mourão. Mas estou aqui para defender os interesses do povo de toda a região do vale do Piquiri-Ivaí. E se assim o fiz, o fiz porque vejo que Mamborê, uma cidade que reúne condições para tal. Que tem, nas justificativas por mim apresentadas, quase 50 mil habitantes; que tem mais de 25 mil habitantes no seu perímetro urbano; que tem mais de 11 mil eleitores.

Quer dizer todos esses dados, nobre Deputado Ivo Thomazoni, eu tive o cuidado de, quando elaborei o requerimento, de me informar, para que ele fosse revestido das características legais para ser apreciado pelos outros órgãos.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, só para dispensar a leitura, porque acredito piamente no nobre Deputado; no que acaba de afirmar.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Muito obrigado.

Mas, evidentemente, que, quando viemos para cá, estamos aprendendo, porque ninguém nasce sabendo. Creio que o requerimento foi formalizado dentro das normas legais e creio que deverá ser aprovado, porque Mamborê é uma cidade que hoje já merece ser Comarca pelo valoroso povo que lá reside e pela pujança que representa no contexto paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para me solidarizar com a Mesa, que eu creio ser suficientemente capaz, de, ao receber o requerimento, recebê-lo nas condições devidas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encami-

nhar, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu, por especial deferência do Regimento Interno e de V. Ex.^a, sou forçado a aproveitar este carro do requerimento do Deputado Darcy Deitos, para dizer que, eu acho que se um Deputado propõe uma medida, uma proposição de qualquer natureza que ela seja, e colocada para ser deliberada por este Plenário, há, evidentemente a premissa de que, por mais desinformado que seja este Deputado, ele, naturalmente, integrante deste Poder, e, por força do fortalecimento que tem que ter este Poder, não há porque fazer indagações, me permita S. Ex.^a, eminente Deputado, lúcido Deputado, brilhante Deputado Ivo Thomazoni.

Mas, entretanto, Sr. Presidente, eu quero aproveitar este carro, para dizer e apelar até ao Deputado Ivo Thomazoni, que também representa parte da minha região, que nós, lá no Oeste do Paraná, temos um caso, que desde a instituição da Lei de Organização e Divisão Judiciária, há pendência inconciliável com o princípio de Justiça, que é o registro de imóveis sobre os imóveis de Capitão Leônidas Marques, sobre títulos e documentos que estão ainda vinculados à Comarca de Capanema.

Depois de prever e exigir a Organização Judiciária do Paraná, eu faço um apelo daqui desta Tribuna, para que, também S. Ex.^a, busque a forma prevista no Código de Organização Judiciária, para que a Comarca de Capitão Leônidas Marques integre a Comarca de Cascavel, consoante está previsto na lei vigente.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem. V. Ex.^a quer que eu cite o número do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Por favor, Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Art. 97. V. Ex.^a quer verificar em seus parágrafos para ver se me concede... para ir em auxílio ao Deputado e a V. Ex.^a e à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não vejo amparo nobre Deputado, na questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. IVO THOMAZONI — Porque eu pretendia sugerir que V. Ex.^a juntasse as notas taquigráficas, depois devidamente corrigidas pelo eminente Deputado Tolentino, e as encaminhasse ao Poder Judiciário. Era a sugestão que desejava fazer, e, quero crer, a mais lúcida, para atender o objetivo pretendido pelo eminente Deputado, representante da região de Cascavel e Capitão Leônidas Marques.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, que permaneçam como estão. — (Pausa). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, pela assunção ao cargo de Desembargador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério dos Transportes e Rede Ferroviária Federal do Paraná, encarecendo informações a respeito da fase em que se encontram as obras da ferrovia que liga Curitiba-Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, contendo diversas reivindicações, em benefício da 10.^a Subdivisão Policial de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, no sentido de que haja o devido apressamento na instalação do Corpo de Bombeiros no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretário da Educação e Presidente do Conselho Estadual de Educação, encarecendo estudos necessários com vistas à obrigatoriedade do ensino de Prevenção do Câncer, na disciplina de Programas de Saúde. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando o envio de ofícios a diversas autoridades, encarecendo indenização para o Estado do Paraná e para os municípios que serão atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em especial o Município de Guaíra. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Peço a palavra, Sr. Presidente, no encaminhamento de votação, só para pedir que seja registrado nos Anais da Casa, a justificativa que consta desse requerimento, porque não foi possível fazê-la da tribuna.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Será atendida a solicitação, nobre Deputado.

Continua em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando o envio de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de permitir o exercício profissional particular por parte dos funcionários ocupantes de cargos privativos de nível superior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações referentes à construção do Hospital Regional de Maringá. — **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem). — Peço a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não estou entendendo a movimentação ligeira da Liderança da Arena para impedir que esse requerimento seja aprovado. Porque, estou solicitando e dando encaminhamento a uma solicitação de um Vereador da Arena, de Maringá, que pede as informações a este Deputado porque, infelizmente, a Arena não elegeu nenhum Deputado naquela cidade.

Fizemos o encaminhamento puro e simplesmente. E da tribuna já justifiquei que é uma reivindicação antiga. E estamos perguntando ao Governo em que fase estão os estudos. Não estamos procurando nenhum perigo de corrupção ou qualquer outra coisa.

Portanto, o pedido de verificação de votação é pre-julgamento, porque o pedido implica, ao que me parece, no desejo de se rejeitar, ou de se votar contra. É uma faculdade, naturalmente, da bancada. Mas não vejo motivos que façam com que os ilustres Deputados impeçam a aprovação desse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar a votação). — Sr.

Presidente, a pressa com que alude o nobre Deputado Antônio Facci é justificável, porque, num processo de votação temos que agilizar esse processo.

Então, a pressa é justificável, tanto para a Liderança da ARENA, quanto a do MDB.

Apenas pela leitura da súmula, talvez V. Ex.^a, Sr. Presidente, omitiu o teor do requerimento. Porque, pela leitura da súmula, entende-se que o nobre Deputado Antônio Facci pede informações sobre a construção do Hospital.

Então, solicitaria a V. Ex.^a, por favor, determinasse a leitura do requerimento, na íntegra, a fim de que a Bancada possa tomar sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Solicito ao Sr.

1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento, na íntegra.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando sejam enviadas cópias do inteiro teor do pronunciamento feito da tribuna às autoridades federais e estaduais, sobre a produção de suínos em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando seja oficiado a diversas autoridades federais, visando o congelamento de preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, bem como punição a especuladores.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eu encareceria de V. Ex.^a, a leitura, apenas, das autoridades, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a leitura do requerimento)

(Autoridades a quem deverá ser enviado ofício: Presidente da República; Ministro do Planejamento; Ministro da Fazenda; Ministro da Agricultura).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento. — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a, inscrever-me em Explicações Pessoais e eu vou dizer o porquê do empenho na leitura deste requerimento, isto, para não passar aqui um atestado de burrice.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência anotará a inscrição do nobre Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, visando medidas mais efetivas no sentido de amparar o grande contingente de comerciantes, de pequenas e médias empresas, que estão sofrendo com o problema dos altíssimos níveis a que chegou a taxa de juros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo uma alteração no esquema de ornamentação do bairro de Santa Felicidade, visando acabar com o estrangulamento imposto ao tráfego de veículos e também de pedestres. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de telegramas ao Sr. Presidente da República e Ministro do Trabalho, contendo votos de congratulações pela medida tomada pelo Governo Federal, no sentido de não admitir que sejam demitidos trabalhadores do ABC

paulista. — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados, evidentemente que o requerimento apresentado pelo nobre Deputado Pinto Dias, de Paranaíba, é justo, porque depois que os trabalhadores do ABC paulista tiveram os seus sindicatos sob intervenção federal, que tiveram uma greve por quase 15 dias e que demonstrando a sua boa vontade para com os Poderes hoje constituídos desta Nação, declinaram da greve, formularam um protocolo que após 45 dias, deverão ser formalizadas as suas reivindicações, voltaram ao trabalho e os patrões que tem a cobertura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com a conivência desta Federação, começou a despedir injustamente trabalhadores que fizeram uma reivindicação justa e aqui nesta Casa já, anteriormente por duas vezes apresentamos requerimento de solidariedade pela sua luta em prol de melhores salários, pela sua justiça, e jamais falamos em greve e eis que vejo a boa vontade da bancada da ARENA em apresentar um requerimento, pela vez primeira, defendendo os trabalhadores que estavam sendo despedidos injustamente pelos patrões e não vimos medida nenhuma sendo adotada pelo Governo, contra os patrões ou contra a Federação das Indústrias. Eles não tiveram a sua federação sob intervenção federal, mas os sindicatos dos trabalhadores tiveram, Senhor Presidente.

Votaremos favorável à proposição do nobre Deputado Pinto Dias, pois vejo nesta Casa, o vislumbre para horizontes em prol de melhores dias nesta Nação, em prol de uma luta justa, em prol dos trabalhadores desta Nação, eu vejo de que a Assembléia do Paraná caminha para este objetivo que nós, da ARENA e do MDB, defendendo os trabalhadores que devem ser defendidos nos seus direitos, estaremos aqui trabalhando para os objetivos, e para aquilo que aqui viemos, que é defender o Povo do Paraná e o Povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, solicitando seja prorrogada a presente sessão por duas horas, com fundamento no que dispõe o Regimento Interno. — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Por conseguinte, está prorrogada a presente sessão, por mais duas horas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo o retorno urgente da Operação Bandeira Dois. — Em votação.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para fazer uma observação ao presente requerimento, vou votar favoravelmente, mas, o motorista que encontrava-se desaparecido, estava ganhando sua vida fazendo uma corrida a São Mateus do Sul, teve seu veículo quebrado, por isso retardou sua volta à Capital. Portanto, gostaria que a Mesa, com aquiescência do autor, modificasse o teor do requerimento, apenas, com relação ao motorista que foi covardemente assassinado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta ao nobre Deputado Mário Celso, autor do requerimento, do apelo formulado pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, não está presente o Deputado Mário Celso e pediu-me que justificasse esse fato que pode ser, perfeitamente suprimido do seu requerimento; está a Mesa autorizada a suprimir essa parte

que fala. Quando o requerimento foi formulado, efetivamente, a notícia que se tinha é que o motorista estava desaparecido. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado Erondy Silvério com a devida aquiescência do Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

Em votação o requerimento com a devida correção. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine ao DER autorizar a instalação de um posto de pedágio na Rodovia das Praias. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente.

O Deputado Airton Cordeiro, tenho a impressão, foi bastante feliz e peço a palavra, justamente para cumprimentá-lo, porque a sua posição é bastante nobre, já que vai atender a uma instituição, das mais carentes do nosso litoral, e esse pedágio cai bastante bem porque aqueles que vão passear no nosso litoral, terão, também, a oportunidade de atender a este apelo do nobre companheiro Airton Cordeiro, de atender a essa instituição que, realmente, vai se sentir bastante feliz e pode-se dizer até realizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente.

Lamento discordar do meu companheiro de bancada, Deputado Nestor Baptista e do Deputado Airton Cordeiro. O que me parece é que esta Casa não tem condições de autorizar ao DER para se estabelecer aqui uma prática, Sr. Presidente, de quando houver uma formatura de turma de ginásio, de que todas as instituições de caridade que são carentes, neste Estado, baterem à porta de um Sr. Deputado, não teremos outra praxe que senão aquela: — Autorizar ao DER colocar um posto de pedágio nas nossas estradas.

Sr. Presidente, me parece impropriedade a medida, embora o objetivo que ela vise seja apoiar uma instituição de caridade. Mas o meio utilizado, Sr. Presidente! Não pode esta Casa descer a este nível de medidas, porque todas as instituições de caridade estão necessitadas. E estabelecer posto de pedágio nas estradas, Sr. Presidente, contraria qualquer norma de tráfego. São proibidas até inclusive corridas automobilísticas, porque atrapalham o tráfego. Agora, instituir um posto de pedágio, de parada obrigatória para o trânsito, Sr. Presidente, não ajuda em nada, simplesmente atrapalha.

E além do mais a lei não pode, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude da lei. Só uma lei pode determinar a um motorista, só uma lei pode obrigar o motorista pare na estrada; mesmo que ele não queira contribuir ele é obrigado a parar. Há um cerceamento direto na liberdade de ir e de vir neste requerimento, Sr. Presidente. Por isso eu sou contrariamente a ele, embora reconheça que o objetivo que se busca é meritório.

Mas Sr. Presidente, cada turma de ginásio que se forma e nós vemos esta prática no interior, quando estamos chegando numa cidade do interior no fim de ano, tem ali uma cancela na estrada e é um verdadeiro assalto ao motorista, para que ele contribua.

Ora, estabelecer-se isto nas estradas das praias, Sr. Presidente, com o intenso tráfego que existe Sr. Presidente, me parece que é temeroso, será até motivo para causar acidentes pelo volumoso tráfego que existe no nosso litoral.

pelo volumoso tráfego que existe no nosso litoral.

Por isso eu voto contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, S. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, eu solicito a V. Ex.a o encaminhamento do requerimento, por gentileza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente quero agradecer a manifestação de apoio do nobre Deputado Nestor Baptista, e ao mesmo tempo manifestar a minha estranheza quanto a posição adotada pelo Deputado Nilso Sguarezi, porque o requerimento é claro e a sua súmula é muito explícita: (Requerimento solicitando ao D.E.R. a autorização para instalação de um posto de pedágio na estrada das praias).

A competência de autorizar ou não, evidente que não é da Assembléia, como a Assembléia Legislativa não tem competência também para legislar sobre a anistia e estamos a ouvir aqui, freqüentemente, pronunciamentos sobre a anistia. Como da mesma forma não tem esta Assembléia competência para legislar sobre outros tantos temas que são levantados aqui diariamente.

Por isso não entendo a posição do Deputado Líder do MDB nesta Casa. Evidente, Sr. Presidente, que competirá ao Departamento de Estradas de Rodagem analisar o pedido e à luz dos princípios que norteiam a sua atuação, julgar se deve ou não conceder esta autorização.

Mas gostaria de mencionar mesmo que possa ser considerado este um aspecto subjetivo do assunto, a relevância social deste pedido e as circunstâncias em que este posto de pedágio, se autorizado, será colocado na estrada das praias. Uma rodovia, Sr. Presidente, que em nada sofrerá porque não escoa nenhuma produção e que serve a turistas, que serve a pessoas que vão às praias para se distrair, para descansar e que certamente contribuirão com muito prazer com o seu coração aberto, para crianças carentes de seis meses a seis anos que estão numa creche em Paranaguá que hoje não tem recursos para manter estas crianças. Crianças pobres, crianças que estão vivendo da filantropia do coração voltado para a assistência social a que nós devemos também nos integrar, até por uma questão de humanidade.

Portanto, não aceito esta posição assumida pelo Deputado Nilso Sguarezi e faço um apelo, não em meu nome, eu faço um apelo em nome das crianças que precisam; faço um apelo, Sr. Presidente, à Casa, para que aprove este requerimento, não por mim, nele não firmo nenhuma posição política, sou portador de um pedido da Diretoria desta entidade, de Paranaguá.

E tenho a certeza, de que se falta sensibilidade humana a alguns, a nossa população que se deslocará às praias na semana santa, não há de faltar, especialmente, no Ano Internacional da Criança.

Há pouco ainda nós presenciamos aqui em Curitiba, na Avenida Visconde de Guarapuava, quantas e quantas pessoas, quantas e quantas famílias se deslocaram de automóvel até o Canal 12, para deixar a sua contribuição. Eu estive lá, e testemunhei, presenciei carros simples, famílias pobres que atendiam ao apelo para socorrer ao próximo.

É este o apelo que eu faço, Sr. Presidente, numa Casa em que se proclama tanto contra a pobreza, contra a miséria; numa Casa em que se fala tanto em socorrer aos necessitados. É com este sentido que eu apelo aos Srs. Deputados, para que aprovelem este requerimento.

Quanto à destinação ou não da ordem técnica para a instituição do posto de pedágio, esta me parece ser uma decisão eminentemente técnica do Departamento de Estradas de Rodagem.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Considero o requerimento do Deputado Airton Cordeiro, altamente louvável, o pedido a ele feito, como representante do povo do Paraná, foi colocado nesta Assembléia.

Todavia, Sr. Presidente, pelas razões expostas pelo Deputado Nilso Sguarezi e entendendo também, que o Deputado Airton Cordeiro pode ajudar aquela creche, porque nós temos aqui na Assembléia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e todos os Srs. Deputados têm verbas para destinar às creches.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E ajudarei, Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Razão pela qual, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. ADALBERTO DAROS — ..., Sr. Presidente, devo naturalmente, votar contra este requerimento, me comprometendo naturalmente repito, com o Deputado Airton Cordeiro, em ajudar com uma parcela da minha verba àquela creche para essas crianças necessitadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese entendermos a Proposição do nobre Deputado Airton Cordeiro, que os seus objetivos são justos, eu gostaria de justificar o porquê que voto contra este requerimento.

Não há dúvida nenhuma, que tudo aquilo que a gente faz, para ajudar os necessitados, creches, entidades filantrópicas, é altamente louvável e o seu espírito é altamente humanitário.

Mas eu não vejo como, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lançar sobre o já cansado ombro do povo brasileiro, esta atribuição ou este encargo, hoje nós já temos um pedágio na Ponte Rio-Niterói, que segundo dizem, liga nada a coisa alguma, e este pedágio continua.

Recentemente passando por lá, tive que pagar. E ninguém sabe o quanto, o volume dessas arrecadações. Então, Sr. Presidente, gostaria de concluir...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não, Deputado Airton Cordeiro, não cabe questão de ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mas eu preciso um esclarecimento...

Não se trata de pedágio, Sr. Presidente, de pedágio obrigatório. É uma decisão espontânea.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - (Faz soar os tímpanos).

Com a palavra o Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu entendo que isto é tarefa, é obrigação do Estado. Disse muito bem o nobre Deputado Adalberto Daros. Os Deputados têm verbas para destinar a estas instituições. Agora, o que não é justo, é que o povo brasileiro, o povo do Paraná, seja ele sacrificado instituindo-se um pedágio.

Desta forma, Sr. Presidente, por estas razões, é que somos contra este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, há pouco tempo nós vimos a instituição, neste País, do imposto de renda calamidade, para socorrer as vítimas das enchentes que se veri-

ficaram no País.

Não acredito que se tenha resolvido aquele problema com este imposto de renda calamidade. E agora, querem instituir o pedágio calamidade, que não vai resolver coisa nenhuma. Só para dizer isto.

Para completar, este é um problema social, que é aquilo que sempre nós falamos aqui, o problema é institucional, é um problema de toda a Nação, as raízes são outras. Estes problemas são originados pela condição de miséria em que vive o povo brasileiro, uma burguesia se refestelando na riqueza, Sr. Presidente, e querem vir com estas medidas.

Quando falamos isto, somos os "vermelhinhos!"

Fica uma vez mais a nossa posição aqui reafirmada. Há necessidade de se fazerem reformas profundas neste País, para que o povo possa ter acesso a condições mínimas de vida.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente e nobre Deputado autor da proposição que se discute neste momento, ouvimos sua parte que era necessário ter um pouco de sensibilidade para fazer um julgamento deste seu requerimento.

Gostaria de perguntar a V. Ex.^a qual a sensibilidade que tem o Governo para com o povo brasileiro? Qual a sensibilidade que tem um Governo que institui um salário mínimo de fome e que faz com que milhões e milhões de crianças e de famílias vivam marginalizadas nesta Nação?

Estamos vindo agora de uma das regiões que já foi das mais ricas do Paraná, o Norte do Estado e lá, para a desgraça nossa e do Paraná, estamos vendo aquilo que na minha infância, nobre Deputado, via o cachorro virar a lata do lixo e, na minha cidade, a criança está substituindo o cachorro, para se alimentar. Vejo a miséria, fruto da concentração de rendas na mão de uma minoria privilegiada neste País.

Não é culpado só o partido do Governo por isto. A culpa está na falta de democracia e na falta de debate, e nisto, o Partido do Governo, muitas vezes, é o responsável, porque dá a sustentação à este regime de exceção que aí está. Na democracia, não iríamos ver garis de Curitiba recebendo mil e quinhentos cruzeiros para arrastarem tambores de lixo na calada da noite, enquanto seus filhos perambulam pelas ruas.

Porque na democracia eles também teriam um lugar ao sol e aqui nós não vemos.

Portanto, como disse, o nobre Deputado Waldyr Pugliesi as raízes que sustentam hoje a nossa sociedade são ocas, e a sociedade como árvore desta Nação está se prostituindo, se apodrecendo e ela vai cair.

É necessário — e no encaminhamento, Sr. Presidente, eu respondo ao aparte que não foi dado pelo ilustre Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério, quando disse que não caberia discutir nesta Casa, os problemas institucionais, mas cabe. É aqui que se discute a cada parcela do povo, cabe se movimentar, quando se vê usurpado...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência solicita ao Deputado que está encaminhando a votação que se atenha ao teor do requerimento que ora está em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — ... Sr. Presidente, eu estou argumentando, para chegar à justificativa do meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz o apelo ao nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — ... portanto, não falta sensibilidade ao MDB em votar contra o seu requerimento, nobre Deputado. E disse o Deputado Daros, que

deputado tem verbas para dar às creches. As nossas verbas que não dão nem para atender nenhum município; que se for para distribuir em bolsas de estudo de uma Faculdade, não dá para pagar 10 bolsas de estudo. A função do deputado não seria distribuir verbas; o Governo sim é que deveria zelar pelo bem estar da família e bem estar de seu povo.

O Poder Executivo deveria fazer isto. Portanto não falta sensibilidade a este Deputado mas voto contra o requerimento de V. Ex.^a por tratá-lo um requerimento inconstitucional e inoportuno a esta Assembléia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar). Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo ao bom senso desta Casa e ao ilustre autor do requerimento. Que se a moda pega, nós estamos lembrados que há algum tempo atrás, em todos as saídas de municípios, existiam cancelas. O próprio Governo, tinha interesse na arrecadação; mandou tirá-las. Porque era impossível, quase impossível viajar. Mas eu quero fazer este apelo, baseado exatamente no que disse o Deputado Ivo Thomazoni, para que este Poder não caia no ridículo. E vejam bem, para que dois Deputados da ARENA não se sintam constrangidos neste momento. Porque dois ilustres deputados que têm assento, são funcionários do DER e estão por obrigação, terão de votar contra o requerimento. Isto porque devem conhecer as Leis de Trânsito, já que são funcionários e engenheiros do DER.

E portanto, estaremos numa situação bastante paradoxal.

Eu solicito que este requerimento seja retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pretensão do nobre Deputado Ayrton Cordeiro, embora, o objetivo seja apoiar uma entidade de assistência social, dizendo da falta de recurso da mesa, não pode e não deve receber desta Casa, o acolhimento.

Nós estamos há longo tempo — e vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vereador em Maringá, pedimos uma informação à Presidente da Legião Brasileira de Assistência, qual a importância que essa entidade estava recebendo do Governo Federal, de Direito, porque está na Constituição da "Loteria Esportiva", a destinação de verbas para a LBA. E recebemos uma resposta estarrecedora: — recebia a LBA pequena importância, cerca de 5% a que tinha direito, com mais de um ano de atraso. Isto equivale a dizer que o Governo Federal, através da Caixa Econômica que manuseia os recursos da Loteria Esportiva, não estava e não está atendendo as reais finalidades ou as pretensas finalidades a que foi implantada a Loteria Esportiva no País.

Vejam bem, a cada semana o prêmio aumenta. E dizia-me um vendedor de bilhete de loteria: — quando se vende muito bilhete, ou que se faz muito jogo, é porque o País e o povo estão na miséria. Todo mundo corre a jogar, para ver se consegue a única maneira de sair do sufoco.

Esta é uma verdade que nós passamos a observar: se um terço da loteria esportiva dá um prêmio de mais de oitenta milhões de cruzeiros, vejam bem, cada semana arrecada-se duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros; e dois terços disso, o que faz o nosso Governo com ele? Ninguém tem conhecimento. Porque o pretendido apoio ao esporte amador também não tem aparecido e o nosso Estado pouco ou nada tem recebido.

São verbas vultosas que um simples pedágio não vai de maneira alguma substituir. São posições que nós temos que respeitar, é verdade, de atendimento, de procurar atender com espírito até humanitário, e eu não quero de maneira nenhuma entender como medida demagógica do nobre Deputado. É o espírito humanitário dele procurar atender aquela institui-

ção.

No entanto, vai aqui o alerta, — e porisso o nosso voto contrário — não podemos mais ver dia a dia os recursos serem concentrados em uma mão só e não serem distribuídos.

A iniciativa privada, os órgãos de todo o nosso Estado, as senhoras dos Rotarianos, as senhoras dos Lions Club e de todas as nossas entidades, têm-se esforçado tanto em favor da assistência social. E o que nós vemos? Batem às portas dos gabinetes e ficam dias para receber uma migalha, e elas sempre vão em épocas pré-eleitorais para render votos; ou trabalha para o candidato apontado ou não recebe as verbas em sua época de vida.

Esta é uma denúncia indefensável.

Mas vejam, só para a reforma do Palácio Iguaçu — e eu que todo ano denuncio isto — estou aqui já no quinto ano, ano a ano aumenta. Este ano estão previstos cinco milhões de cruzeiros, para reformas do Palácio. Eu já indaguei. Talvez os tapetes sejam persas e as cortinas francesas, porque, com este dinheiro já daria para atender muitas entidades de assistência social em nosso Estado.

Um Deputado que falou anteriormente disse — parece-me o Deputado Deni Schwartz — se gastou mais de cinquenta milhões de cruzeiros em publicações de atos governamentais no ano passado. E este ano a previsão orçamentária, só do Gabinete do Governador — Casa Civil — sessenta e um milhões e quarenta mil cruzeiros para divulgação de atos oficiais. Enquanto os nossos menores fogem do IAM porque lá são espancados e não têm realmente assistência de recuperação que precisavam ter.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos votar contrariamente, principalmente porque não podemos admitir maior carga em cima do nosso povo.

Quantos e a maioria que vai às praias uma vez por ano, fazem um sacrifício terrível para sair deste sufoco que esta sociedade está impondo a todos nós. Fogem por poucos dias e levam seu dinheirinho contado; vão para lá para serem explorados na praia e vão sofrer ainda mais, pagando pedágio para chegar até lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, embora vote contrariamente, por causa do princípio, o requerimento me parece que busca o apoio desta Casa para sugerir dois dias da Semana Santa, para aqueles que vão ter à praia, donos de automóveis, com poder aquisitivo razoável — somente na estrada da praia — para ajudar uma Casa de Crianças.

Entretanto, penso que a transferência dessas obrigações se deve passar ao Governo. Não sobrecarregar o povo que já vem assoberbado na impostura de taxas, impostos, encargos etc. Só por essa razão. Embora ache que a Assembléia pode deliberar sobre o requerimento.

Votarei contra por causa desse princípio. Mas penso que, por dois dias, Sr. Presidente, não era para estarmos discutindo tão vagamente assim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. — Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam o requerimento, 14 rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, V. Ex.^a não computou o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa retifica: 15 Srs. Deputados aprovam; 15 rejeitam. — **Aprovado** o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. DENI SCHWARTZ (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para registrar o ato nobre de dois ilustres Deputados: Palácios e David Cherigate que se encontram na ante-sala que justificaram que não poderão votar por ser ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherigate, constante do expediente, solicitando a ligação pavimentada da rodovia entre Cascavel e Assis Chateaubriand. — **Aprovado**. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para falar em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. IVO THOMAZONI (Questão de Ordem). — Artigo 76, § 2.º, do Regimento Interno:

§ 2.º — Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, não poderá exceder de 15 minutos.

§ 3.º — Quando a prorrogação se destinar a votações só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Srs. Deputados."

Mas, Sr. Presidente, esta Questão de Ordem tem uma razão: às 17 horas, deveria um familiar meu dar entrada ao Hospital do Tarumã, onde sofrerá uma intervenção cirúrgica amanhã, às 9 horas.

Inscrivi-me para falar em Explicações Pessoais porque pensei que seria o único a falar. Não sou, retiro a inscrição de hoje e me reinscrevo amanhã, pelas razões que expus.

Quero também aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir, à Mesa, em especial à Presidência, desculpas. Desculpas porque nesta sessão fui um pouco irreverente nas Questões de Ordem e, muitas vezes fiz que os trabalhos que V. Ex.^a tão bem preside, fossem desviados do seu curso. São desculpas que eu peço a V. Ex.^a e aos demais membros da Comissão Executiva e a diversos Srs. Deputados.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, ao retirar a inscrição do meu nome para falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa o nobre Deputado, que a prorrogação da presente sessão foi solicitada em vista de matéria que se encontrava, ainda, sobre a mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — Portanto, Sr. Presidente, não há necessidade de maioria absoluta do Plenário, segundo o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa o nobre Deputado que, no momento da apreciação do requerimento, havia número para votação. Portanto, está prorrogada a sessão, até às 20,30 horas.

O SR. IVO THOMAZONI — Tenho que concordar com V. Ex.^a, e, as desculpas continuam válidas quando por mim solicitadas a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito em Explicações Pessoais, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Evidentemente pode parecer uma ironia virmos a estas horas, na prorrogação de uma sessão, usar da palavra nesta tribuna, em Explicações Pessoais.

Todavia, Sr. Presidente, ontem à noite, em minha residência recebi de V. Ex.^a, por telefone, a convocação para uma reunião das Lideranças com a Comissão Executiva, a fim de encontrarmos uma saída honrosa para todo mundo, quanto aos debates acalorados e os xingamentos que ontem aqui ocor-

reram.

Os jornais de hoje, Sr. Presidente, são impiedosos; impiedosos mesmo, ao: transcreverem as notas taquigráficas desta Casa, que qualificam Deputados de minha bancada e a mim pessoalmente, de qualificações que apenas fazem decrescer o Plenário desta Casa, qualificações não próprias de gente civilizada, que se assenta num Plenário para discutir idéias, para trocar argumentos.

Atendi ao chamamento da Executiva e compareci, às 10,00 horas, ao Gabinete de V. Ex.^a. E ficou lá convencido, Sr. Presidente, de que, caberia às Lideranças procurar, com os Deputados de suas bancadas, motivá-los para um realinhamento de comportamento nesta Casa.

Sr. Presidente, conversei com os meus companheiros de bancada e cheguei a escrever, Sr. Presidente, o que está aqui, para que eu pudesse, a bom termo, não fazer como infelizmente fez o Líder da ARENA, ao ser mais infeliz na emenda, do que o foi no soneto de ontem, quando Sua Excelência perdeu a calma e, irracionalmente, partiu para uma agressão indevida a um Deputado do MDB; quando, Sr. Presidente, este Deputado foi xingado de "vagabundo", Senhor Presidente, neste Plenário, e preferi por no papel, porque o papel é conselheiro para que, ao refutar estas acusações, não tivesse a mesma infelicidade que teve o Líder da ARENA, ao hoje aqui — e tenho as notas taquigráficas e a cópia do seu pronunciamento, ao aqui tentar a todo o custo, querer dar uma conotação comunista aos nossos Deputados, ao tentar a todo o custo, como dizem suas próprias palavras, dizer que aqui estão Deputados com a coloração vermelha, ao usar expressões de que aqui estariam verdadeiros "politburros".

Por isso, Senhor Presidente, escrevi e o que escrevi perdeu o sentido, mas eu vou deixar transcrito e vou ler o que escrevi, para provar o nosso propósito de realmente não agredirmos o outro lado.

Se este é o diálogo que a ARENA — Aliança Renovadora Nacional — e não digo dos seus Deputados, mas da sua liderança — que tem espeznhado, que tem provocado, que, sarcasticamente tem usado o termo "vermelhinho", e mesmo não usando o termo "vermelhinho", mas com outras palavras quer dar esta coloração aos nossos Deputados, Senhor Presidente.

Nós aceitamos o desafio. Aceitaremos, embora não seja o nosso propósito. Ontem, Senhor Presidente, e hoje o mundo inteiro estampa nos seus jornais, de que o Paquistão começa uma verdadeira guerra civil, porque ontem foi enforcado um homem que há menos de dois anos, foi o Primeiro Ministro daquela Nação. Alu Bhutto, era o Primeiro Ministro daquela Nação, Primeiro Ministro do Paquistão, por não querer se vergar sob um novo General que está comandando o Paquistão, foi enforcado. E este general que tinha o Poder e tinha a obrigação de dar clemência àquele homem, que na hora da morte preferiu o orgulho à vida, não se vergou quando devia assim pela intransigência de dois homens, hoje uma Nação está envolta em verdadeira guerra. Um perdeu a vida e o outro vai cair logo do poder.

Por isso, Senhor Presidente, hoje de manhã, eu ouvia dos meus companheiros: "Alguém tem que falar".

Foi uma frase repetida insistentemente entre meus companheiros de bancada, quando hoje constatarem através da imprensa, que as afirmações ontem aqui ditas, ganharam hoje os debates e a interpretação de todo o Estado.

Por certo haverá alguém, Senhor Presidente, que entenda melhor para uma situação destas um simples silêncio. Mas não podemos silenciar. Silenciar agora seria admitir uma capitulação, uma fuga. Não fugiremos, Senhor Presidente. Não fugiremos de qualquer luta proposta. Preferimos, no entanto, que ela se trave no terreno civilizado e ético e no qual os homens inteligentes e racionais resolvam as divergências de toda ordem.

Falo por meus companheiros de bancada, com o propósito exclusivo de esclarecer. Não seremos nós a apontar os que erraram ou deixaram de acertar. Cabe a cada um dos membros deste Poder, a auto-crítica necessária. Quer como reflexão sobre os lamentáveis episódios que a todos compromete, quer para um futuro comportamento desta Assembléia.

Fizemos e faremos a nossa meditação, esperando que outros assim também procedam, porém, com o respeito que todos merecem, haverão por bem, os homens desta Casa entender isso, que jamais podemos admitir as desairosas qualificações ditas ontem aqui. Silenciar ante as palavras que podem até constituir crime contra a nossa honra pessoal e dignidade do mais humilde cidadão, seria acovardarmo-nos com a situação.

O nosso protesto e discordância é veemente. Que não se interprete a ousadia de alguns, talvez, mais fruto da emoção, como medo ou capitulação desta aguerrida e ilustre bancada.

Se os ilustres componentes da maioria fere críticas ásperas às instituições e situações, é necessário que entendam de vez por todas, que, ao investirem com qualificações pessoais a qualquer membro da nossa bancada estarão fugindo aos propósitos deste Poder.

A crítica sempre foi dirigida à instituições e à situação de excepcionalidade que envolvem a Nação e se abríssemos mão deste instrumento que têm sido e sempre será a arma das oposições, estaríamos traindo os que para aqui nos mandaram para esse mister.

Vivemos tempos novos e os que talvez estivessem acostumados a não ouvir as reclamações das minorias, devem entender que isso é a base do jogo democrático. Cabe-lhes entender que esta Casa deve continuar aberta exatamente para possibilitar o debate e a discussão, caso contrário não seremos suficientemente aptos e capazes para resolver o quadro caótico que a todos envolve.

Não assumimos a tribuna - Senhor Presidente - para sermos petulantes ao extremo de dizer que "não levaremos desaforos pessoais para casa", não, aqui viemos apelar para o bom senso de todos e no interesse maior desta Casa.

Revidar agora, seria em outras palavras "atear fogo no circo" e este nunca foi o nosso e nem seja, acredito, o propósito de todos os que aqui estão.

Basta dizer aqui - Senhor Presidente - que as infâmias ditas não nos atingem e, exatamente por não nos atingir, desmerecem maiores considerações.

Este Plenário não será palco de uma luta irracional, porque acreditamos que possuímos argumentos e idéias a defender e que para isso havemos de encontrar homens do outro lado, que em igualdade de condições possam responder nossas críticas, sem que nos taxem de brancos ou de pretos, sem que espicacem a nossa individualidade de cidadão.

Fica, plena e totalmente, refutado tudo aquilo que de desabonador se nos atribuiu e queremos ver da ilustre bancada arenista, não agravos pessoais, mas argumentos políticos que traduzam a nobreza de muitos de seus integrantes.

Que saibamos todos, do episódio tirar conclusões, inclusive aquelas de saber respeitar o Regimento Interno desta Casa, sem o que não será possível o trabalho legislativo.

Enfim, agradecemos aos nossos companheiros de bancada, que usando de tolerância, permitiram-nos, nestas palavras, encerrar a nossa participação neste episódio.

Não confundiremos esta tolerância com medo ou capitulação.

Não entenderemos transigência aos princípios que aqui defendeis, como deserção, porque ao darem o voto de confiança para falar de vós, sabemos que tudo o que de vós é digno e honrado, em nossas mãos foram postos para serem defendidos. Coragem não vos faltaria para cada um - de per si - responder as injustiças. Porém, mais corajoso e ousado é o homem que entrega ao amigo e companheiro até menos capaz e brilhante,

a honrosa tarefa de defendê-los em sua honra e dignidade.

Quando afirmam ao homem prudente que ele está fugindo da luta, primeiro é de se perguntar se o tipo da luta que ele se viu compelido a participar é aquela que o ajudará a alçar-se ou aquela que o degradará, mesmo como vencedor, perante seus semelhantes.

Quando o orgulho pessoal e a vaidade não deixam a prudência se impor, o homem cai. E sua queda é rápida.

Aí está - Senhor Presidente - o Paquistão, pela intransigência de dois homens destinado a entrar numa guerra civil entre irmãos. E, Sr. Presidente, se esta era a nossa intenção, de vir aqui refutarmos as acusações e esquecemos e não dizermos que este ou aquele está errado, dentro de um direito legítimo que temos de refutar o que nos foi dito sem acusarmos ninguém, sem virmos aqui Sr. Presidente, dizer que Deputados erraram de Casa, que deveriam ir no Congresso Nacional porque lá é que Deputado Federal deve discutir isso ou aquilo.

Devemos nos lembrar, Sr. Presidente, que a outra bancada levantou aqui também temas institucionais pertencentes ao Congresso Nacional, como foi o caso do ilustre Deputado Ailton Cordeiro, quando levantou considerações sobre as eleições de 1980, tema exclusivo do Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, cumprirei minha palavra nesta liderança, assumida com Vossa Excelência, de procurar junto aos meus companheiros de elevar a luta neste parlamento. Mas não posso admitir, Sr. Presidente, que o ilustre Líder da ARENA continue com muita inteligência, é verdade, a procurar, a espezinhar, a procurar ferir susceptibilidades dos meus companheiros de bancada. Porque quando ele diz Sr. Presidente, que de um lado está a ARENA, querendo jogar-nos, que de um lado como ele disse aqui nesse pronunciamento está a ARENA, as Forças Armadas, o Governo, os corruptos, os assassinos, os torturadores, Sr. Presidente não posso concordar com isso.

A generalização Sr. Presidente é que leva a isso. E pela infelicidade do Líder ter dito que quem defender a anistia ampla, irrestrita e geral seria comunista, - Sr. Presidente, o ilustre Senador Teotônio Vilela estaria incluído no quadro dos comunistas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao invés de insultos, gostaríamos de ouvir teses, palavras do Líder da ARENA. Ao invés de insultos...

(TIMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, entretanto, de acordo com o artigo 88, § 2.º, Vossa Excelência terá mais quinze minutos, se deseja Vossa Excelência, para a conclusão do vosso pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

...Ao invés de insultos gostaríamos de ouvir teses. Este é um desejo nosso, Sr. Presidente. Ao invés de sermos taxados de "comunistas", de vermelhinhas e de vagabundos, Sr. Presidente, gostaríamos de ver alçar-se naquela tribuna, homens honrados e dignos da Aliança Renovadora Nacional, cheios de premissas de idéias e de ideais e não caírem para o terreno rasteiro das acusações pessoais.

É hora, disse o Líder da ARENA, é hora da equipe de demolição que se agregou junto ao MDB entrar em recesso. É hora eu digo, Sr. Presidente, daqueles que pretendem fechar esta Casa para que seja sufocada a voz do povo sofrido deste Estado, que também reflatam e vejam que erraram. Porque não é possível, Sr. Presidente, se julgar melhor do que ninguém. E quando se diz o que quer, tem que se ouvir o que não se quer e isto foi dito aqui. Mas não vamos agredir ninguém.

O que queremos, Sr. Presidente, é um tratamento de homens. Se as nossas idéias são em dizer que existe uma ditadura no Brasil, Sr. Presidente, nos estribamos em fatos irretorquíveis, de um Presidente fechar o Congresso Nacional, Sr. Presidente, e impedir inclusive, de que a representação do

Brasil no Congresso Mundial dos Parlamentos não pudesse estar presente porque fechado estava o nosso Congresso Nacional.

Quando dizemos Sr. Presidente de que existe tortura nesta terra, não queremos dizer que Vossa Excelência e os ilustres Deputados da ARENA sejam torturadores. Mas a Casa aqui aprovou, Sr. Presidente, e mostra a incoerência do Líder da ARENA, que aprovou um requerimento meu e de minha autoria, que pedia a demissão do Comandante da Unidade da Polícia Militar de Pato Branco, porque torturaram um semelhante e um homem na minha região, dando soda para este cidadão tomar, queimando com um ferro quente, Sr. Presidente.

Quando dizemos que existe tortura, não queremos dizer que foi o Exército Nacional, Sr. Presidente.

Por isso, não pretenda a Liderança da ARENA, querer medir as palavras e dar um dicionário condicionante aos Deputados da minha valorosa bancada para que usem determinadas palavras, ou como alunos obedientes decorem um determinado vocabulário.

Por isso, Sr. Presidente, não podemos admitir esse tipo de provocação, que leva a indispor os Deputados do MDB contra as nossas Forças Armadas.

Criticamos e criticaremos sempre os militares quando eles estiverem errados. E desta tribuna, Sr. Presidente, no meu pronunciamento, citei palavras de um brilhante militar brasileiro, de um militar que corajosamente desenvolveu o movimento armado de 1964, Olímpio Mourão Filho, e está no livro de Olímpio Mourão Filho, Sr. Presidente, lido nesta tribuna, que ele constatou verdadeiras torturas nazistas no Nordeste.

Palavras ditas aqui, transcritas nesses Anais, conhecedora do Brasil inteiro porque está no livro deste General.

Por isso, Sr. Presidente, não queira e não pretenda a Liderança da ARENA, exigir que os Deputados do MDB usem um certo tipo de linguagem porque ela não deve se sentir ferida com o que aqui foi dito.

Tudo o que disseram num desrespeito pessoal, os Srs. Deputados da ARENA, e pela situação que atravessamos, as instituições que temos, fica refutado.

Por isso agradeço aos meus Pares, a honrosa função que me foi delegada, dentro das explicações pessoais, dentro das minhas limitações, trazer o nosso ponto de vista.

Não seremos nós, Sr. Presidente, ilustres membros da ARENA, a levar os debates para este nível. Não seremos nós, Sr. Presidente, a correr deste Plenário para qualquer tipo de luta que aqui neste Plenário quiserem, ou pretenderem alguns, ela seja levada a efeito.

Porque acima de parlamentares, Sr. Presidente, temos a nossa dignidade pessoal a respeitar. Muito obrigado.

(Palmas)

Concedo o aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Eu ia solicitar o aparte, não fui eu que solicitei, mas já que Vossa Excelência me defere a oportunidade, agradeço a Vossa Excelência. Queria como membro da bancada da ARENA, dizer que ouvi com atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, achei de que a aceitação por parte de Vossa Excelência, Líder da Oposição, de conversar com o Presidente desta Casa, no sentido de que se evitasse ocorrências como a que ontem nós aqui observamos. E que talvez houvesse precipitação também usando da palavra, em hora que não deveria ou em hora em que não tinha solicitado por parte de membros da minha bancada.

Mas, por parte também da bancada de Vossa Excelência. Vossa Excelência há de convir comigo e os ilustres membros da sua bancada também haverão de convir, de que houve algum excesso nas palavras que não foram e que não serão se se repetirem aqui, compatíveis com o comportamento de um homem público que representa nesta Casa, neste Poder, o nosso povo

paranaense.

Ouvi o desafio feito por Vossa Excelência, acho que era da obrigação da bancada de Vossa Excelência, é obrigação de todo o Parlamentar desta Casa, independente da bancada que ele pertence, aceitar o desafio, representando o povo que aqui nos colocou, mas desafio que deve ser, no meu entendimento, apesar do meu curto tempo de Legislativo, mas percebo e temo que esta Casa se conduza, se encaminhe, para um campo perigoso, um campo que não convém ao povo de nenhum Partido que aqui nos colocou.

Temos que ter, de ambas as bancadas, a prudência necessária, a tolerância necessária, e nos atermos a problemas que nos conduzam a alguma coisa de interesse de nosso povo, e não a questões pessoais.

Acho que Vossa Excelência cumpriu com vossa missão de Líder da Oposição. Apelo ainda mais uma vez, em nome de alguns companheiros ou da maioria de minha bancada, de que vamos dar por encerrado o fato ocorrido ontem nesta sessão, pois, se esta Casa continuar com respostas e respostas às respostas, nós iremos, sem dúvida, a um campo que não interessa à nenhuma bancada, ao povo do Paraná e ao valor deste Poder que, acima de tudo, deve ser preservado. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte do nobre

Deputado Augusto Carneiro, ele é lúcido, equilibrado, e vem de encontro, talvez, se não tivermos as palavras adequadas para traduzir, mas acredito que ele vem de encontro ao pensamento de Vossa Excelência.

Tinha, e tenho a pretensão de, com esta resposta, ser ela definitiva.

O Sr. Deputado Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Tem o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Fiori Luiz — O posicionamento do nobre Deputado, sintetiza de maneira clara, cristalina, o pensamento geral de nossa bancada. Gostaria que o Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério, estivesse em plenário. Discordo do nobre Deputado Augusto Carneiro, quando faz a colocação de que o assunto deveria ser encerrado ontem. Ocorre que hoje houve um desdobramento, e é impossível calar depois das acusações de hoje.

Entendo que neste País se fala muito em comunismo, se fala muito em subversão. São fantasmas criados pelas mentes perturbadas e doentias daqueles que tomaram este Poder à força e por aqueles que estão atrelados ao cordão da subserviência.

As instituições direitistas, esparramando o pavor neste País. E quando o nobre Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério, falava que não há tortura, ele precisa ler um pouco mais e deveria saber que quando Dan Mitrione esteve neste País e ficou em Belo Horizonte dois anos, ele foi o cabeça para que esta Nação gastasse dois bilhões de dólares para mandar policiais nossos ao laboratório de torturas dos Estados Unidos. E voltando estes policiais, eles usavam os presos políticos como cobaias, para ensinar aos novos.

Dois bilhões de dólares gastos, para se ensinar como se deve torturar neste País, obedecendo, aceitando e se curvando à uma ordem da Casa Branca.

Quando se fala em Revolução, não se contesta a mesma em si, se contesta sim, porque ela criou dois partidos e adotou um. Aí começou o erro e o ponto básico da questão, ao criar dois partidos e adotar um.

A Revolução não é contestada no seu todo. Mas deveria estar acima dos partidos políticos, soberana, e aceito até com ação fiscalizadora e vigilante, mas não poderia nunca se disvirtuar e este desvirtuamento foi caracterizado na adoção de um Partido, no Caso a Aliança Renovadora Nacional.

Porque hoje é muito difícil distinguir, o Presidente da

Revolução, porque quando se critica um ato administrativo do Presidente da República, por extensão se agride as Forças Armadas. E aí está o Grande problema. E Alencar Furtado, foi cassado por quem? As críticas foram em noventa por cento dirigidas à administração do Presidente da República. Mas foi cassado pela Revolução, porque o Presidente sintetizava e se travestia da Revolução personificada naquela cadeira.

É preciso dissociar, quando se critica a Revolução, se critica porque elzadotou um Partido político mas ela não pode ser contestada no seu todo. Agora é muito difícil dialogar, com o Líder da ARENA, ele com o nível de empresário próspero aqui em Curitiba, é difícil quando se trata de monopólio, é muito difícil.

E aí os fantasmas ficam rondando esta Casa, na forma de comunismo e de subversão. Mas a meta da Revolução, que era a corrupção, esta se esparrama de Norte a Sul, enlameando todos os brasileiros. Esta não foi combatida. Eles criam o fantasma da subversão e do comunismo, mas a corrupção sai do planalto e se esparrama em gabinetes luxuosos, onde em cada um desses gabinetes há a figura do Tio San e à salvaguardas criadas, protegem eles. Será tópicos dessa minha manifestação; esses tópicos serão motivo de um pronunciamento meu, num futuro breve nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente, nobre Líder, Nilso Sguarezi. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que tem um minuto, na forma regimental para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NILSO SGUAREZI — Para concluir, concedo ao Deputado Friedrich, o minuto que me resta, para dar o seu aparte e concluir a minha estada na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Deputado, estou um pouco distante de Vossa Excelência porque há um vazio físico, porque sei que estas paredes têm ouvidos sonoros, para aquilo que bem pretende. Mas esta distância nos aproximou na grandiosidade da sua exposição. E quero aqui dizer, que é hora realmente de perdoar inclusive aqueles que querem o debate; mas o debate condicionado. Parece-me que é hora de perdoar inclusive aqueles que acham que anistia é favorecer o malfeitor; porque não conhecem a grandiosidade do instituto do perdão. E não têm vocação cristã, para exercitar a virtude que é o próprio perdão.

Devemos perdoar também aqueles que entendem Democracia num sentido muito relativo; porque também não a praticam. Ilustre Líder do MDB, devemos perdoar aqueles que entendem que não há um capitalismo monopolista e um entreguismo governamental. E talvez nós deveríamos perdoar também Helmut Schmidt na ditadura dos Cartéis, Paulo Freire ... (O Sr. Presidente faz soar os tímpanos) — concluo, Sr. Presidente. Paulo Freire, na multinacional, e os trabalhadores. Enfim, os Ludowicks da vida que se impuseram neste país e dominam o planalto e se estendem Brasil afora.

Mas vamos perdoá-lo, ilustre Líder do MDB, porque afinal de contas, muitos dos que hoje nos criticam e nos condenam, e que inclusive tentam colocar colegas nossos em posições delicadas junto às Forças Armadas, têm outras intenções atrás desta; e digo mais...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, mas o tempo do nobre Deputado Nilso Sguarezi está esgotado.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, só gostaria de dizer a Vossa Excelência e aos ilustres Deputados, e serei breve, porque é apenas um complemento de meu aparte, que reconheço em alguns, que hoje querem colocar alguns colegas nossos em posições inclusive de apologia a regimes condenáveis pela democracia que nós queremos; mas a demo-

cracia que nós queremos é de independência, de debates, de teses, é de posicionamento e de princípios, não de servilismo, de subserviência, que vem atrofiar o próprio condicionamento da dignidade humana.

E aqueles poucos que querem tachar instituindo marcas em alguns colegas nossos, levem mesmo em sua consciência a certeza de que os conheço bem. Ao longo da história eles existem, estão sempre no poder. Se eles estivessem em Cuba, estariam bajulando Fidel Castro, se estivessem na Rússia, estariam bajulando o Kremlin, e como eles estão aqui, estão bajulando o Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATA DA COMISSÃO:

COMISSÃO DE FINANÇAS

9.^a LEGISLATURA — 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e nove, reuniu-se a Comissão de Finanças na Sala das Comissões, sob a Presidência do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, contando com a presença dos Senhores Deputados Membros e Suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados, cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Presidente deste Poder. Contando com número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada houvesse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados e aprovados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 14/78, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que dá nova redação ao item III do artigo 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 57/78, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo dispensar a cobrança da Taxa correspondente a expedição da Cédula de Identidade às pessoas carentes de recursos financeiros. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 79/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que cria no Município de Maria Helena o Distrito Administrativo de São José, com sede e divisas que especifica. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 20/79, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a criação de 6 (seis) cargos de Desembargador no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 16/79, de autoria do Poder Executivo, que visa consolidar legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, introduzindo alterações julgadas necessárias. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 12/79, de autoria do Poder Executivo, que visa estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional de "Engenharia e Arquitetura" código TC 1500; fixando novos vencimentos aos ocupantes de cargos das diversas carreiras que o compõe. Relator: Deputado Quielse Crisóstomo. Parecer: favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 36/79, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção das Gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e dos Diretores do Forum, previstas em legislação que especifica e dá outras providências. Relator: Deputado Gabriel Manoel. Parecer: favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N.º 83/78, de

autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que visa criar os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruz Maltina e Altamira no Município de Faxinal, com sedes e divisas que especifica. Relator: Deputado Darcy Deitos. Parecer: favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar, eu, Nelson Sílvia Salles, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Deputado AGUINALDO PEREIRA LIMA

Presidente

NELSON SÍLVIO SALLES

Secretário

Portarias e Decretos:

PORTARIA N.º 251/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2640, de 23 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária MARINA CUNHA MARTINS, matrícula n.º 597, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 252/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2676, de 26 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar, ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula n.º 189, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

II — autorizar à funcionária acima mencionada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979, ficando revogada a Portaria n.º 240/79, na parte que se refere a citada funcionária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 253/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2415, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ONEIDE GUMY, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 254/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 2751, de 27 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar CARLOS MAXIMINO PERONDI e JOSÉ NATALIO DE CASTRO E SILVA, ambos à disposição deste Poder, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do MDB, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 255/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2477, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ANTÔNIO CARLOS DANTAS, matrícula n.º 304, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 256/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2506, de 02 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a partir de 1.º de abril de 1979, a Portaria n.º 227/78, que autorizou o funcionário adido a este Poder, JOÃO BATISTA VALIN, a prestar serviço extraordinário, percebendo setenta (70) horas extras mensais, junto ao Gabinete do Deputado Edilson Alencar, tendo em vista o retorno a sua repartição de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 257/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3110, de 03 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n.º 206, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de abril de 1979, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 258/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2937, de 29 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar LUIZ FERNANDO DE OLIVIERA, matrícula n.º 398, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 259/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3020, de 02 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar SENHORINHA BERNARDI, matrícula n.º 563, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 260/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2754, de 27 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

HAROLDO DO NASCIMENTO — Mat. 160

LUIZ CARLOS MONTEIRO — Mat. 161

JOÃO CRUZ — Mat. 209

JOSÉ ARY VALÉRIO — Mat. 392

SOLON FONTOURA RODRIGUES — Mat. 407

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 261/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2781, de 27 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 157/79, à funcionária TEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES, matrícula n.º 089, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 262/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2806, de 28 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar GENI CARNEIRO, matrícula n.º 284, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.ª Secretaria, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 263/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2826, de 28 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ISRAEL DINIZ, matrícula n.º 069, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Chefe do Serviço de Assistência Judiciária, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 264/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2996, de 29 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a partir de 1.º de abril de 1979, a Portaria n.º 08/79, de 09 de janeiro de 1978, na parte que se refere a funcionária adida a este Poder, NEIDE LACERDA NETO, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, ficando também, revogada a Portaria n.º 013/79; e,

II — revogar, a pedido, a partir de 1.º de abril de 1979, a Portaria n.º 09/78, na parte que se refere a funcionária acima mencionada, que autorizou a prestar serviço extraordinário, junto ao Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, ficando também, revogada a Portaria n.º 012/79, tendo em vista o retorno da funcionária já citada à sua repartição de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 265/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2919, de 29 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ENÉAS EUGÊNIO PEREIRA FARIA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança do MDB, no período compreendido entre 09 de março a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
Diretor Geral

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2348, de 19 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

colocar à disposição da Secretaria de Estado do Planejamento, do Estado do Paraná, a partir de 16 de março do corrente ano, o funcionário ARMANDO SOICHI IWAIA, matrícula nº 142, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, inclusive benefício concedido pela Portaria nº 177/79.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1926, de 06 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

- I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo nº 157/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere ao funcionário MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula nº 152, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência; e,
- II — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1561, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;
- II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1º de outubro de 1974 e 1º de agosto de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro; e,
- III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei nº 6174, a partir de 1º de abril de 1978, data que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2318, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WILSON KAIEL, matrícula nº 436, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2221, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CECÍLIA KURECK STUART, matrícula nº 530, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1691, de 1º de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário UAHIB ABRAHÃO TANUS, matrícula nº 018, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 23 de outubro de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSI — 1º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 304/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2111, de 08 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula nº 072, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advoca-

gado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 305/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1328, de 13 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula nº 086, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 17 de dezembro de 1974 e 17 de outubro de 1978, antecipado em razão da incorporação referente ao seu quarto quinquênio e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 306/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2004, de 07 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula nº 388, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 12 de abril de 1973, e 12 de fevereiro de 1977, antecipado em razão das férias dos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 307/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2127, de 08 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º,

da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RICARDO SABÓIA KHURY, matrícula nº 107, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em -05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 308/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2301, de 15 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula nº 392, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 31 de julho de 1972 e igual data de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 309/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2249, de 14 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

colocar à disposição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, (DNER), até 1.º de fevereiro de 1981, a funcionária EMA ELY ATANÁSIO RUPP, matrícula nº 365, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 310/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2124, de 08 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula nº 508, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1977, de 06 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JAYRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei n.º 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 16 de janeiro de 1972 e 26 de julho de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e dez (10) dias das férias de 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 23 de julho de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 312/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2220, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de nível PL "23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 313/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2259, de 14 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 389/77, de 19 de maio de 1977, na parte que se refere à funcionária MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO, matrícula n.º 215, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, símbolo 7-F, do Departamento Administrativo, a partir de 1.º de março de 1979;

II — designar o funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula n.º 320, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, símbolo 7-F, do Departamento Administrativo, a partir de 1.º de março de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 314/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1908, de 05 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 315/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2207, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 564/75, de 28 de julho de 1975, na parte que se refere à funcionária MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula n.º 216, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Finanças, a partir de 13 de março de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 316/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2207, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para as funções que especifica, no Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 13 de março de 1979:

Auxiliar de Gabinete

MARIA DO RÓCIO MEDEIROS WITOLAWSKI — Mat. 425

Seção de Folhas de Pagamento

MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PÔNCIO — Mat. 215

Seção de Cadastro de Entidades

MARIA ARANTES DE LIMA — Mat. 216

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 317/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1989, de 06 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, matrícula n.º 368, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação

dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de fevereiro de 1972 e 19 de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio, não se computando as férias de 1976, que só trarão benefícios futuros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 318/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1750, de 02 de março de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder à funcionária LADY CUNHA, matrícula nº 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de janeiro de 1979, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os nºs 12396 e 1626, respectivamente de 29 de dezembro de 1978 e 23 de fevereiro de 1979, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula nº 300, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de seis (06) meses, referente ao dobro das férias de 1976, 1977 e 1978, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 21 de maio de 1965 e 21 de fevereiro de 1970, antecipado em razão das férias de 1968 e 1969 (15 dias), contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos da mesma fundamentação supra, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 21 de fevereiro de 1970 e 21 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação referente ao seu terceiro quinquênio (supra), e das férias de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do mesmo diploma legal retro, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 21 de fevereiro de 1974 e 21 de dezembro de 1977, antecipado em razão da incorporação referente ao seu quarto quinquênio (supra), e das férias de 1973, 1974, 1975 e 1976 (retro), contadas em dobro; e,

V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei nº 6174, a partir de 21 de dezembro de 1977, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, abstraídas deste cálculo as férias de 1977 e 1978, contadas em dobro, e a incorporação referente ao seu quinto quinquênio, e que já percebe, a mesmo título, vinte por cento (20%), perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário